

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUIZA NUNES CORRÊA

**POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-2016): UMA
ANÁLISE DOS GOVERNOS VLADIMIR PUTIN E DMITRY MEDVEDEV**

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Corrêa, Luiza Nunes
POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-
2016): UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS VLADIMIR PUTIN E
DMITRY MEDVEDEV / Luiza Nunes Corrêa. -- 2018.
60 f.
Orientadora: Analucia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política Externa. 2. Rússia. 3. Segurança. I.
Pereira, Analucia Danilevicz, orient. II. Título.

Luiza Nunes Corrêa

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-2016): UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS VLADIMIR PUTIN E DMITRY MEDVEDEV

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra Analucia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2017

Luiza Nunes Corrêa

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-2016): UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS VLADIMIR PUTIN E DMITRY MEDVEDEV

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra Analucia Danilevicz Pereira

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra Analucia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Ribeiro

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, fora temer!

Agradeço aos cidadãos e o Estado brasileiro por terem me proporcionado um ensino da melhor qualidade e pelo investimento em mim realizado. Espero um dia conseguir retribuir mesmo que minimamente por esta oportunidade e contribuir para que ela seja acessível a um número cada vez maior de pessoas.

Aos meus pais pelo apoio e por me permitirem ter dedicação total aos estudos e me fornecerem todas as condições possíveis para isso.

À minha orientadora, Prof. Analucia Pereira pela oportunidade de fazer este trabalho sobre um assunto que sempre me interessou bastante e pelo conhecimento e experiência, não só durante a realização deste trabalho, mas também ao longo do curso. Gostaria de agradecer também aos professores Paulo Visentini e Luiz Dario por terem aceitado o convite de participar da minha banca.

Aos melhores amigos que fiz durante o curso, Amanda Mayor, Bárbara Pfluck, César Sandri e Thales Baptista pelos momentos maravilhosos dentro e fora da faculdade, pela amizade sempre verdadeira e por toda a paciência com essa criatura doida. Aos que ficaram pelo caminho agradeço pelas contribuições para meu melhor conhecimento sobre o caráter humano.

Ao Nilton César Fernandes Cardoso pelas contribuições vitais para esse trabalho e para outros realizados durante a graduação e também por todo o apoio.

À UFRGS e todos os seus funcionários docentes, técnico-administrativos e terceirizados, por construírem um espaço no qual eu e diversos outros conseguimos nos desenvolver academicamente e crescer pessoalmente.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal avaliar a articulação entre a política externa e a política de segurança e defesa da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Em termos específicos busca-se compreender como a Rússia formula percepções, interesses e políticas; analisar a política externa russa para seu entorno estratégico a partir dos anos 2000; e examinar os fatores que explicam as ações russas em âmbito internacional nos últimos anos. A hipótese principal deste trabalho é de que a atuação russa teria um caráter reativo frente à expansão da OTAN e dos EUA para suas regiões tradicionais de influência e que compõem seu entorno estratégico, contrastando com a percepção ocidental de uma Rússia agressiva e imperialista. Também é trabalhada a questão da “excepcionalidade geopolítica” russa, a qual se reflete na visão do país sobre as relações internacionais e é resultado do particular processo de formação do estado e de seu isolamento característico, não sendo completamente integrada nem ao oriente e nem ao ocidente.

Palavras-chave: Política Externa; Rússia; Segurança;

ABSTRACT

The present work aims to analyze Russia's Foreign Policy and Security and Defense Policy during the years of Vladimir Putin's and Dmitry Medvedev's governments. It specifically seeks to understand how Russia formulates perceptions, interests and policies; analyze Russian foreign policy for its strategic environment from the 2000s; and examine the factors that explain Russian actions internationally in recent years. The main hypothesis of this work is that Russian actions have a reactive stance in the face of the expansion of NATO and the US to its traditional regions of influence and that compose its strategic environment, contrasting with the Western perception of an aggressive and imperialist Russia. The issue of Russian "geopolitical exceptionality" is also worked out, reflected in the country's vision of international relations and is the result of the particular process of formation of the state and its characteristic isolation, not being completely integrated either to the East or to the West.

Keywords: Foreign Policy; Russia; Security; Vladimir Putin; Dmitry Medvedev

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –Expansão do Império Russo.....	17
Figura 2 - Defesa Nacional Antimíssil da OTAN na Europa.....	29
Figura 3 - Expansão da OTAN para o Leste.....	43
Figura 4 – Porcentagem da População cuja Primeira Língua é o Russo.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Fórum de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
EUA	Estados Unidos da América
INSOR	Instituto para Desenvolvimento Contemporâneo
ISIS	Estado Islâmico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
PES	Política Externa e de Segurança
PEV	Política Europeia de Vizinhança
START	Tratado de Redução de Armas Estratégicas
UE	União Europeia
UEE	União Económica Euroasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WMD	Armas de Destruição em Massa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO RUSSO	16
2.1. <i>Gorbatchov e o fim da URSS</i>	18
2.2 <i>A década de 1990 e o período Ieltsin</i>	20
3. POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-2016)	24
3.1. <i>Política Externa e de Segurança da Rússia (2000-2008)</i>	25
3.2. <i>Política Externa e de Segurança da Rússia (2008-2012)</i>	27
3.3. <i>Política Externa e de Segurança da Rússia (2012-2016)</i>	28
4. ATUAÇÃO INTERNACIONAL (2000-2016)	32
4.1 <i>Atuação internacional nos dois primeiros mandatos de Vladimir Putin (2000-2008)</i>	32
4.2 <i>Atuação Internacional russa no mandato de Dmitry Medvedev (2008-2012)</i>	34
4.3 <i>Atuação internacional russa no terceiro mandato de Vladimir Putin</i>	37
5. Estudo de caso: Ucrânia e anexação da Crimeia (2014)	42
5.1. <i>Antecedentes</i>	42
5.2. <i>O desenrolar da crise</i>	45
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

As reformas promovidas por Mikhail Gorbachev (*perestroika*, *glasnot*, *uskorennye e novoe myshleniye*) na tentativa de manter a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como uma grande potência contribuíram, em parte, para o fim da Guerra Fria em 1989 e, posterior colapso do bloco soviético em 1991. O fim da URSS, assim como a Revolução de 1917, teve impactos importantes na polaridade do sistema internacional e nas relações internacionais como um todo.

Após a desintegração da URSS, Boris Ieltsin assumiu a presidência da nova Rússia. A pilhagem e o desmonte das capacidades estatais redundaram num enfraquecimento sem precedentes da Rússia. Para manter certa legitimidade doméstica (com setores nacionalistas) e ter meios de negociar vantagens com o Ocidente, por vezes esse governo teve que reduzir o ímpeto do modelo de inserção baseado no alinhamento (PAUTASSO, 2014). Como resultado, uma grave crise econômica e política assolou o país com enormes consequências para capacidade de ação do Estado russo.

Nos anos 2000, no entanto, a Rússia reemerge como um dos polos de poder global. Vladimir Putin buscou criar condições externas favoráveis para a ascensão da Rússia à condição de grande potência, preservar a integridade territorial e estimular o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, a recuperação econômica e as reformas profundas do setor militar, aliadas a uma política externa pragmática, autonomista e assertiva, contribuíram para a recuperação do *status* de potência perdido e a reafirmação do país como um ator importante nos assuntos da agenda global.

Nesse sentido, a monografia em questão busca responder à seguinte pergunta: “Quais fatores estratégicos justificam a assertividade da política externa e de segurança da Rússia a partir da ascensão de Putin à presidência (2000-2016)?”.

O objetivo principal é avaliar a articulação entre a política externa e a política de segurança e defesa da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Já os objetivos específicos seriam: compreender como a Rússia formula percepções, interesses e políticas; analisar a política externa russa para seu entorno estratégico a partir dos anos 2000; e examinar os fatores que explicam as ações russas em âmbito internacional nos últimos anos, principalmente em relação a questões controversas como a anexação da Crimeia e a intervenção na Síria a favor do governo de Bashar al-Assad, por exemplo.

A hipótese principal deste trabalho é de que a atuação russa teria um caráter reativo frente à expansão da OTAN e dos EUA para suas regiões tradicionais de influência e que compõem seu entorno estratégico, contrastando com a percepção ocidental de uma Rússia agressiva e imperialista. Também é trabalhada a questão da “excepcionalidade geopolítica” russa, a qual se reflete na visão do país sobre as relações internacionais e é resultado do particular processo de formação do estado e de seu isolamento característico, não sendo completamente integrada nem ao oriente e nem ao ocidente.

O trabalho justifica-se devido à importância da Rússia na atual configuração do sistema internacional como uma importante potência emergente, presente nos mais diversos organismos internacionais como o Conselho de Segurança da ONU e a OMC (tendo também participado até 2014 do G-8). A estabilização da economia nos anos 2000 e seu rápido crescimento a partir da abundância em recursos energéticos (petróleo e gás natural) possibilitaram uma atitude mais assertiva em termos de política externa, levando a ações que desafiam as estruturas tradicionais de poder, especialmente os EUA, destacando-se a atuação na Síria e a anexação da Crimeia como as que possuem maior repercussão atualmente.

Para o Brasil, o tema é de especial relevância por se tratar de um parceiro importante, com o qual as relações se intensificaram nos últimos anos, principalmente através da formação do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de sua ação conjunta em âmbito internacional. Dessas ações, a criação do chamado “Banco dos BRICS” é de especial relevância, visto que tem o potencial de desafiar as tradicionais estruturas internacionais dominadas pelos países ocidentais.

Para testar a hipótese proposta nesta pesquisa, será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, baseando-se em dados qualitativos (estudos empíricos e analíticos). Além disso, utiliza-se de análise de dados primários, entre elas, análise de documentos e declarações oficiais, discursos de lideranças governamentais, *policy paper*, comunicações e relatórios diplomáticos, além de tratados, acordos e legislações. Como fontes principais para a revisão bibliográfica e para a análise de dados secundários, serão utilizadas a imprensa e periódicos (nacionais e estrangeiras) especializados. Em termos metodológicos, a pesquisa proposta se propõe como um estudo explicativo de abordagem hipotético-dedutiva. Em termos procedimentais, trata-se de um estudo de caso histórico.

Essa forma de análise nos permite entender o processo de reorganização democrática estabelecido por Putin e sua ampla aceitação pelos diferentes grupos de interesse do país, pois a partir disso pode-se perceber que a “democracia soberana” implementada por este governo se caracteriza muito mais como um retorno aos padrões históricos do que como uma formulação completamente nova na história política do país.

Assim, aliada à concepção de política externa como uma política pública mencionada anteriormente, a revisão dos processos históricos nos permite estabelecer a relação entre a retomada da autoconfiança nacional que ocorre com a ascensão de Putin ao poder e atuação mais assertiva do país nas relações internacionais, reestabelecendo parte de sua influência e importância.

Dessa forma, esta monografia está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, faz-se uma breve análise da formação do Estado russo, focando principalmente nos anos de 1990, abordando o fim da União Soviética e os governos de Boris Ieltsin. No segundo capítulo são discutidos os documentos referentes às políticas externa e de defesa e segurança da Rússia desde o início dos anos 2000, passando pelos dois primeiros mandatos de Vladimir Putin, o mandato único de Dimitri Medvedev e o terceiro mandato de Putin (o qual ainda está em curso e se estenderá até 2018), sendo aqui analisados seus quatro primeiros anos (2012 – 2016). O terceiro capítulo aborda a atuação externa do país no mesmo período, buscando focar no âmbito regional e nas relações com os Estados Unidos. Por fim, o último capítulo traz uma análise do golpe ocorrido na Ucrânia em 2014 e da resposta da Rússia a esta situação, qual seja, o plebiscito e anexação da península da Crimeia. Nesse capítulo busca-se demonstrar a previsibilidade e o caráter defensivo das atitudes russas.

Para tanto, é fundamental discutir alguns conceitos que orientem a análise do presente trabalho. Trata-se dos conceitos de política externa, segurança, insegurança, segurança nacional, política de defesa e de segurança e entorno estratégico.

Na literatura que versa sobre os estudos de segurança, podem-se encontrar diferentes visões do que seria um estado de segurança ou sua ausência, a insegurança. Além disso, pode-se pensar na segurança em diferentes níveis (sistêmico, estatal e individual) (RAMIREZ, 2004). Sain (2002) nos oferece uma síntese do que seria um estado de segurança. Para o autor, a segurança:

“(…) supõe a existência de uma situação percebida como livre de ameaças ou riscos, ou, ante a percepção de ameaças ou riscos identificáveis e/ou previsíveis, a possibilidade de articular, exitosamente, iniciativas e mecanismos políticos institucionais tendentes a prevenir, controlar ou conjurar com eficácia referidas ameaças ou riscos em prol de alcançar ou preservar certo ordenamento político, econômico ou social idealmente projetado” (SAIN, 2002, p.55, tradução nossa).

Ou seja, a *segurança* “é um estado menor da insegurança, uma forma de estabilização relativamente precária de relações conflitivas e ameaçadoras” (BONILLA; CEPIK, 2004). Dessa forma podemos afirmar que a segurança é uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis de alguém ou de alguma coisa (CEPIK, 2001).

Nesse sentido, o termo *defesa* é um conceito mais restrito que o de segurança, pois refere-se ao aspecto militar da segurança. Existem burocracias especializadas (como as Forças Armadas e serviços secretos) para o tratamento da questão – preparo de meios humanos e materiais necessários para a dissuasão ou derrota da ameaça que venha a se tornar concreta (ALSINA JR, 2006). Isto é, uma das funções clássicas que define o Estado, na sua concepção weberiana, é a *defesa* da soberania e da integridade territorial através do uso legítimo dos meios de coerção. Assim, uma política de segurança apresenta duas dimensões, uma no plano doméstico, a proteção do monopólio do uso da violência pelo Estado sobre o seu território (segurança nacional); e no plano externo, a salvaguarda da soberania estatal em relação à ameaça¹ representada por outro Estado.

Contudo, Cepik (2001) afirma que a noção de segurança não pode ser reduzida a definições simplista de segurança nacional (estatal), nem tão pouco ampliada indevidamente e confundida ou substituída pela noção de segurança humana (pública, coletivo e individual). O conceito de segurança nacional vincula-se primordialmente à soberania e temas de fronteira, associando-se às ideias de dissuasão e de defesa. A segurança humana, por sua vez, consiste em manter as pessoas a salvo das ameaças como a fome, as doenças, a degradação ambiental, a repressão e protegê-las de mudanças súbitas nos padrões de vida quotidiana, como guerras, genocídios e limpeza étnica (ARAVENA, 2001).

¹Socorro Ramirez (2004, p.30) diferencia “ameaças convencionais”, que derivam de um ataque por parte de outro Estado; de “ameaças não-tradicionais”, advindas de atores não estatais (grupos armados) que colocam em risco o Estado e a sociedade; e de “problemas estruturais”, que podem transformar em ameaças, como conflitos sociais e debilidade institucional.

Em linhas gerais, a *defesa* é uma política pública sensível para a maioria dos países, pois não apenas está referida à função coercitiva legal do Estado como está diretamente relacionada às relações civis-militares e à proteção dos elementos constitutivos do Estado: soberania, território e população residente. Essas especificidades tendem a tornar o processo de formulação da política de defesa e de segurança mais opaco em comparação com outras políticas governamentais. Conseqüentemente, o Estado, suas instituições, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas são claramente proeminentes no processo decisório em defesa (LIMA ET AL, 2017).

Nesse sentido, diversos autores defendem uma maior articulação entre a política externa e a política de defesa, no sentido de imprimir uma maior dinâmica às relações externas dos países e salvaguardar os interesses nacionais.

Por *política externa* referimos “a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais (HILL, 2003, p.3)”. Isto é, a política externa é um instrumento de ação dos Estados em um sistema de múltiplas interações de continuidade e mudanças. Portanto, ela envolve os aspectos comportamentais dos atores no sistema e, sobretudo, a compreensão dos seus aspectos formativos relacionados aos fatores que afetam o processo de definição (agenda, formulação, decisão e implementação) da política externa (HILL, 2003).

O conceito de Entorno Estratégico, por sua vez, refere-se às regiões onde um determinado país pretende manter sua influência e liderança diplomática, econômica e militar. Isto é, o espaço regional é tido como vital para a segurança e defesa e para a projeção internacional do país.

Nesse contexto, a definição do entorno estratégico russo é fundamental para entender as principais diretrizes da política externa e de defesa adotadas pelo país desde o ano 2000. O entorno estratégico (espaço pós-soviético)² foi definido desde 1993 pelo *Conceito de Política Externa* como vital para os cálculos políticos, segurança e defesa da Rússia.

² São as catorze ex-repúblicas soviéticas: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão e Quirguistão.

2. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO RUSSO

O presente capítulo objetiva realizar uma breve análise da evolução do Estado russo desde seu surgimento, buscando abordar sua expansão territorial e a questão da construção da nacionalidade e de sua tardia consolidação como um Estado-nação nos modelos ocidentais. Essas questões serão bastante importantes após a desintegração da União Soviética em 1991 e têm influência sobre a percepção dos russos sobre os acontecimentos nesses anos, tanto a nível interno quanto externo. Utiliza-se esta abordagem para entender os fundamentos históricos de sua atuação regional e internacional no século XX e para negar a visão de que estaria ocorrendo um ressurgimento de ambições imperialistas no país.

O início da história russa ainda é objeto de diversos debates e controvérsias, porém, diversos estudiosos consideram que a unidade política surgida por volta de 800 d.C. poderia ser considerada como marco inicial. Esta foi denominada Rus de Kiev e abarcava toda a Bielorrússia, a metade norte da Ucrânia e o noroeste e centro da Rússia europeia (em termos atuais), tendo em sua fronteira oeste os povos bálticos, a Polônia, a Hungria e a Finlândia, e a leste um estado túrquico islâmico chamado Bulgária do Volga (BUSHKOVITCH, 2014).

Apesar de a história política ser bastante imprecisa, pode-se afirmar que por volta de 900 d.C. um grupo de origem escandinava se estabeleceu na região e rapidamente passou a controlar Rus de Kiev. Naquela época, a Europa Ocidental era dividida em reinos frágeis e a sociedade feudal clássica estava surgindo muito lentamente. A falta de uma regra clara de sucessão levou a diversas disputas pelo poder e, conseqüentemente, à instabilidade e ao enfraquecimento de Rus de Kiev. Quando das invasões mongóis esta já se encontrava bastante fragmentada, e já começavam a surgir novas potências regionais, as quais acabaram diferenciando-se inclusive na língua e cultura. As regiões que formariam o estado russo seriam Novgorod e o velho Nordeste (BUSHKOVITCH, 2014).

No século XIII, a ocupação mongol pôs fim à existência política da Rússia. Durante três séculos os mongóis dominaram a região com o apoio dos príncipes locais em uma dinâmica que afetava negativamente o povo russo. Isto teria conseqüências políticas duradouras, desgastando a confiança que o povo depositava nesses príncipes e minando qualquer noção de autoridade nacional. Outro impacto dessa dominação foi a introdução do conceito de propriedade da terra por parte dos governantes, os quais até então mantinham suas reivindicações mais limitadas ao espectro político. Por fim, o

isolamento russo do resto da Europa durante esses séculos foi outro fator que levou bastante tempo até ser superado, “(...) impedindo-a de participar dos grandes movimentos do desenvolvimento histórico europeu (...)” (COLIN, 2007, p.20).

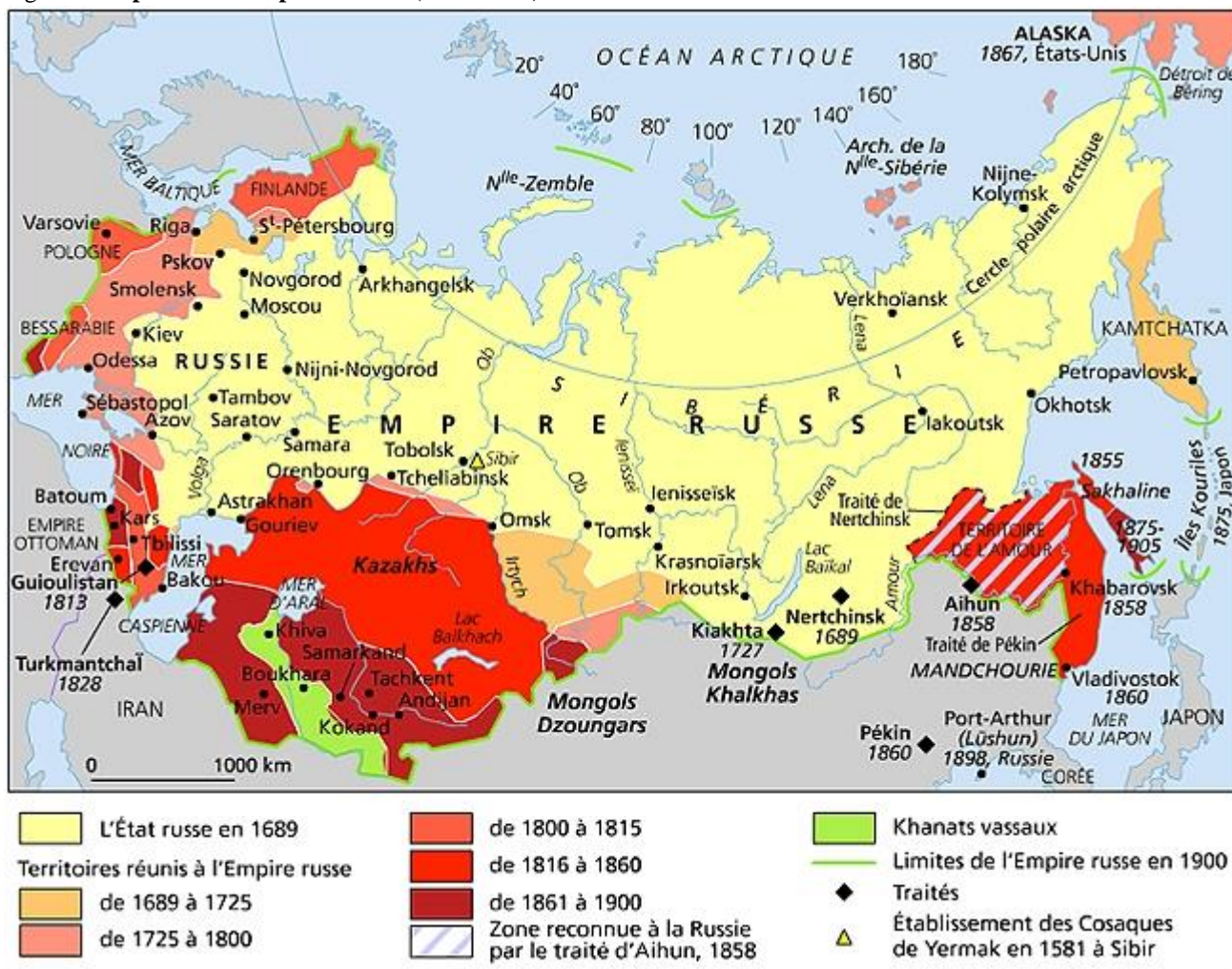
O fim do jugo mongol ocorreu em 1480, com Ivã III formando um novo estado unificado em torno de Moscóvia. Apesar disso, não houve (como se poderia esperar) uma retomada do contato com o mundo ocidental, tendo contribuído para isso dois fatores principais. O primeiro fator foi o Concílio de Florença ocorrido em 1439, durante o qual foram reunificadas as igrejas cristã ocidental e oriental. Assim que o metropolita Isidoro retornou ao país foi preso e substituído e o Concílio de Bispos de 1443 rejeitou a reunificação e proibiu todos os contatos com Roma. O segundo fator foi a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453, o que deu início a um novo período de isolamento, este tendo influência na forma que o Estado toma a partir do século XVI. A partir deste isolamento são mantidas as três tradições políticas com as quais os russos haviam tido contato até então: o sistema senhorial dos príncipes da região, o despotismo mongol e o césar-papismo de Bizâncio. Essas três tradições constituíram o sistema autocrático que governaria o país até a Revolução de 1917 (BUSHKOVITCH, 2014; COLIN, 2007).

Mesmo após a constituição desse sistema, o que vai caracterizar a Rússia pelos próximos séculos é a sua falta de consciência nacional, aparentemente gerada da falta de objetivos comuns entre Estado e sociedade, do grande distanciamento entre a elite e o povo. Essa ruptura ocorre pela tensão entre a obsessão das elites em abrir o país à influência exterior, tentando importar modelos políticos considerados mais desenvolvidos, e entre os elementos da cultura russa difundidos entre o povo. O atraso na tomada de consciência nacional gera duas questões ainda bastante presentes: a primeira sobre a necessidade da recuperação deste atraso; e a segunda sobre a posição da Rússia no mundo, se pertencente à Europa, à Ásia ou a ambas, com cada uma dessas identificações trazendo papéis diferentes para o país no sistema internacional (BUSHKOVITCH, 2014; COLIN, 2007).

A viagem de Pedro I, o Grande à Europa deu início a um violento processo de modernização do Estado, o qual não se limitou a marinha, ao exército e aos serviços de Estado: buscou-se também remodelar o próprio Estado, incluindo a autoridade do czar, e a cultura, tanto econômica quanto social. A fundação de São Petersburgo, em 1703, pretendia servir de modelo para o resto do país, porém somente as elites modificaram seus comportamentos e parte de sua mentalidade. O povo, mais uma vez, ficou de fora

desse processo, tendo a igreja contribuído para isso na medida em que perdeu parte de seu poder (COLIN, 2007). Estabeleceram-se assim as contradições que caracterizariam e levariam a Rússia à Revolução em 1917.

Figura 1: Expansão do Império Russo (1689-1900)



Fonte: Archives Larousse.

Os enormes desgastes sofridos pela Rússia na Primeira Guerra Mundial, aliados aos problemas internos contribuíram para a tomada do poder pelos Bolcheviques em novembro de 1917. Da Revolução surgiu o primeiro Estado Socialista (a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas -URSS) (VISENTINI, 2017). Durante Segunda Guerra Mundial, as campanhas da URSS foram fundamentais para a derrota da Alemanha. Com final da guerra, a União Soviética emergiu com um dos polos do poder mundial (RIBEIRO; VISENTINI, 2013).

2.1. Gorbatchov e o fim da URSS

O acúmulo de problemas econômicos e sociais chegava ao ponto de uma crise sistêmica quando da ascensão de Mikhail Gorbatchov ao cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista, em 1985. A estagnação da indústria, ainda operada nos moldes fordistas, as exigências de bens de luxo por parte das elites, em detrimento das necessidades básicas do povo, os problemas de infraestrutura, as necessidades militares e a grande dependência da exportação de recursos naturais foram alguns dos problemas que minavam a legitimidade do governo soviético. Segundo alguns autores, a *perestroika* (reforma) teria sido a tentativa de Gorbatchov de resolver essas questões, principalmente a industrial (através da adoção dos modelos toyotistas vigentes no Ocidente a partir da Terceira Revolução Industrial), mas acabou destruindo as bases do sistema político vigente ao trazer modelos mais flexíveis. A isso acabou somando-se a escalada de conflitos sociais e étnicos, que enfraqueceram ainda mais o sistema (COLIN, 2007; VISENTINI, 2017).

Gorbatchov acreditava que, antes da *perestroika*, seria necessário ocorrer a *glasnost* (transparência), sendo a democratização o objetivo primeiro. A ideia seria construir um “socialismo humano”, democrático, mas ainda unipartidário. Essa foi defendida pelo secretário-geral até sua demissão, nunca deixando de acreditar na possibilidade de manutenção do socialismo. Porém, essas reformas trouxeram o colapso do regime revolucionário, levando os povos soviéticos à ruína social, econômica e cultural.

Em termos internacionais, a abordagem de Gorbatchov trouxe a possibilidade de relações mais amigáveis, as quais não foram aproveitadas pelos presidentes estadunidenses, os quais passaram a exigir concessões unilaterais dos líderes russos, em uma clara tentativa de firmarem-se como vitoriosos (COLIN, 2007). A expansão da OTAN e de bases militares dos EUA para os antigos territórios soviéticos, a retirada do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABM), o tratado de redução de armas nucleares de 2002 são só alguns exemplos dessa nova atitude triunfalista ocidental (COLIN, 2007; VISENTINI, 2017).

Com o final da Guerra Fria em 1989 e posterior abandono dos aliados pela URSS, os Estados socialistas na Europa e no Terceiro Mundo, com exceção de Cuba e Vietnã, colapsaram (VISENTINI, 2017). O fim da União Soviética em 1991, apesar de ser o evento mais importante da segunda metade do século XX para muitos, ocorreu clandestinamente no dia 8 de dezembro de 1991, numa localidade próxima de Minsk, na Belarus. Nessa data, Boris Ieltsin liderou um grupo composto pelos chefes de 3 das 15

repúblicas soviéticas na assinatura de um tratado que pôs fim à URSS. O colapso singular da União Soviética teve impacto mundial e alterou as relações internacionais e o padrão societário construído ao longo do século XX em todo planeta (HALIDAY, 1999; VISENTINI, 2017).

2.2 A década de 1990 e o período Ieltsin

A fala do presidente Vladimir Putin, em 2005, de que o fim da União soviética teria sido uma “tragédia” para milhões de pessoas ecoa o pensamento de muitos russos, para os quais o colapso do regime, ao contrário do afirmado pelo Ocidente, poderia ter sido evitado. Os três principais fatores apontados como causa do fim do estado soviético pela população são: a forma com que as reformas foram conduzidas, as disputas de poder de Ieltsin e a apropriação dos bens estatais pela elite (COLIN, 2007). Desde o momento de sua ascensão, quando passou a dividir o poder com Gorbachov, em 1990, Ieltsin utilizou o movimento democrático para enfraquecer seu oponente, dando pouca atenção às reformas. Foram priorizadas políticas que aumentaram ainda mais a desigualdade entre a elite e o povo, destruindo não só as estruturas econômicas, mas também os fundamentos do Estado. A democratização alcançada nos anos anteriores foi revertida, assim como foi desmantelada uma economia altamente integrada (BROWN, 2004).

No fim dos anos 1980, os reformistas soviéticos e russos apostavam em um caminho para a democracia, porém não foram bem-sucedidos. O choque entre as interpretações importadas acriticamente do ocidente e as tradições democráticas próprias da Rússia levaram ao surgimento de tensões internas (COLIN, 2007). Um dos agravantes nesse conflito de ideias foi a tendência russa de ver capitalismo e democracia como em conflito constante, o que levou a visão de que ocorria uma “transição para o capitalismo acompanhada de um mínimo de democracia”, frustrando expectativas. Os movimentos sociais acabaram dissipados pelos novos líderes russos, os quais aliaram-se aos setores da elite que haviam construído fortunas através da corrupção e de abuso de poder nas instituições estatais durante o período anterior. Assim, ao invés da reconstrução e do fortalecimento das instituições estatais que poderia ter ocorrido a partir da mobilização das forças sociais, houve uma rápida transição para um modelo capitalista de mercado que permitisse a manutenção de posições de monopólio para esses grupos de elite na nova economia (BROWN, 2004).

Apesar de ter assumido formalmente a chefia do Estado somente em 12 de dezembro de 1991, Boris Ieltsin já controlava o destino do país em meados de 1990. Após tomar posse como o primeiro presidente democraticamente eleito ele deveria dividir o poder com o Soviete Supremo e o Congresso de Deputados do Povo da Rússia, porém este último transferiu quase a totalidade de seus poderes constitucionais para Ieltsin a partir de novembro do mesmo ano (1991), sob influência do culto à personalidade que havia se instalado após a derrota do golpe em agosto (VISENTINI, 2013). Essa tentativa de golpe levou também ao desmantelamento dos movimentos democráticos por parte do governo, para evitar o acontecimento de levantes que pudessem ocasionar sua derrubada.

Ao final de 1991 já se faziam sentir as consequências do processo de transição para uma economia de mercado e o país se encontrava no caos. A solução encontrada por Ieltsin e por seu ministro das finanças, Iegor Gaidar, foi a chamada “terapia de choque”. Essa abordagem levou à hiperinflação e o governo respondeu realizando uma contração monetária e fiscal, adotando os termos do Consenso de Washington. Posteriormente, a privatização de empresas estatais foi também utilizada como mecanismo de combate à inflação (SHEVTSOVA, 2004; VISENTINI 2017).

Entre 1992 e 1994, cerca de 70% da indústria russa foi privatizada, pois o governo considerou o monopólio de alguns setores como sendo causa da inflação. O processo contou com o suporte de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que deram credibilidade ao processo. Esse foi o primeiro processo de privatizações do período e suas diretrizes acabaram levando ao surgimento de profundas desigualdades econômicas (BROWN, 2004; COLIN, 2007).

A crítica situação econômica levou a um acirramento das tensões políticas, principalmente entre presidente e Parlamento devido ao caráter autoritário dos decretos presidenciais e à forma de condução dos problemas econômicos. O auge dos conflitos ocorre em 1993, após o presidente realizar um plebiscito visando assumir o controle total sobre a política econômica e o vice-presidente Rutskoi, aliado ao legislativo, responder através de acusações da realização atividades criminosas por parte dos agentes do governo responsáveis pelas privatizações, o que acarreta sua demissão (LAZZARI, 2009). No final de setembro, passa-se à confrontação aberta, com tentativas de realização de um impeachment do presidente por parte do Parlamento e de dissolução do parlamento por parte de Boris Ieltsin. Em 4 de outubro, ocorre a invasão do prédio do Parlamento pelas forças armadas (aliadas ao presidente), dando início ao

conflito que resulta em cerca de 300 mortos e na prisão de opositores do presidente (SEGRILLO, 2000).

Assim, o presidente consegue realizar em dezembro eleições parlamentares e promulgar uma nova constituição, através de um referendo. A Constituição de 1993 traz como principal característica um viés fortemente presidencialista e a divisão do Parlamento em duas casas: a Duma (instância baixa) e o Conselho da Federação (instância alta).

Durante este primeiro mandato de Ieltsin ocorre ainda a consolidação do Estado e a assinatura de acordos bilaterais com os diversos sujeitos da federação que buscavam maior autonomia, com vistas a impedir o surgimento de conflitos separatistas. Duas das repúblicas se opuseram a estes tratados: o Tartastão e a Chechênia. A garantia de maiores privilégios fiscais foi suficiente para convencer o governo do Tartastão, porém as lideranças chechenas não aceitaram as propostas de Moscou e se declararam independentes. A República Chechena foi invadida em dezembro de 1994 pelas forças russas, porém os planos de uma guerra rápida fracassaram e o conflito se arrasta por mais dois anos até a retomada do território (SEGRILLO, 2000).

A instabilidade política, juntamente com o conflito checheno e a queda no padrão de vida da população no geral levaram a uma queda vertiginosa na popularidade do presidente, que ainda assim consegue a vitória (por uma pequena margem) no primeiro turno das eleições de 1996 (LAZZARI, 2009). A sobrevivência política deste grupo se explica em função dos diversos arranjos e delegações das funções de poder com os agentes financeiros e regionais, o que levou a um esvaziamento da autoridade presidencial.

Segundo Lazzari:

“Do segundo mandato de Ielstin até o início de 1998 a sociedade russa gozou, pela primeira vez desde o começo do processo de desintegração da URSS, de relativa calma, tanto em termos econômicos quanto políticos: a inserção de cada grupo econômico nos diversos setores da economia fora “organizada” com o acordo de 1996;[...]”(2009, p.20).

Porém, essa situação de estabilidade não era sustentável no longo prazo devido ao câmbio sobrevalorizado, a negligência na cobrança de impostos das elites econômicas e ao aumento das importações de bens de consumo, o que minava a sustentabilidade da indústria nacional. A balança comercial se mantinha positiva devido

ao enorme volume de dólares que entravam no país através da venda de commodities, que se encontravam com preços estáveis e em alta no mercado internacional (COLIN, 2007; SEGRILLO, 2000). A crise asiática de 1998 e a conseqüente queda nos preços do petróleo tornaram a manutenção deste sistema inviável, levando a uma desvalorização do rublo e a decretação da moratória por parte do país.

Os impactos dessa crise foram bastante significativos e duradouros, levando a uma reorientação sócio-política e a uma desconfiança cada vez maior dos ideais liberais. Como representante dessa ideia, Ieltsin viu sua credibilidade e popularidade desaparecerem de vez, tornando insustentável sua manutenção no poder e levando à ameaça de abertura de um processo de *impeachment*.

A solução encontrada foi a escolha de um primeiro-ministro capaz de obter o apoio tanto das elites quanto da sociedade como um todo, o que leva a indicação de Vladimir Putin ao cargo, assumindo em agosto de 1999 e anunciado pelo presidente como seu sucessor para as eleições do ano seguinte. O aumento das tensões no Cáucaso, com a invasão do Daguestão por grupos chechenos e a realização de uma série de atentados terroristas (atribuídos a estes grupos extremistas pelo governo) levaram a uma intervenção militar na Chechênia ainda naquele ano (SHEVTSOVA, 2004).

Por ter contado com amplo apoio popular, essa ação serviu também para aumentar significativamente a popularidade do novo primeiro-ministro, o que é aproveitado por ele nas eleições seguintes. Estas acabam sendo realizadas em março de 2000 ao invés da data original em junho, após a renúncia de Boris Ieltsin em seu pronunciamento de Ano Novo. Assim, Putin assume o cargo de presidente e convoca as eleições, as quais vence já no primeiro turno, apesar de uma margem apertada (BROWN, 2004; SEGRILLO, 2000).

3. POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA RUSSIA (2000-2016)

Com a nomeação de Vladimir Putin em 1999, seguida de sua eleição em 2000, o Estado russo passou por um processo de reorganização interna que teve impactos significativos na Política Externa e de Segurança (PES) e no modelo de inserção internacional do país. A PES da Federação Russa é bastante influenciada pelas convicções presidenciais, devido ao fato de o Ministério das Relações Exteriores, bem como aqueles envolvidos com as questões de segurança e defesa, responderem diretamente ao presidente (DONALDSON; NOGEE, 2009). Dessa forma, a orientação da política externa russa se confunde com a orientação da política de defesa.

Para Pautasso:

A escolha de Sergei Lavrov para o Ministério das Relações Exteriores a partir de 2004 consolida a afirmação de uma política externa autônoma e crescentemente assertiva. [...] a política russa tem sido pragmática, buscando lidar com suas fraquezas e sabendo da preponderância dos EUA, [...] sem abrir mão de suas prioridades, [sendo estas] restaurar ou preservar a influência sobre sua fronteira imediata e recuperar o status de potência perdido (2014, p.84).

Na visão de Putin, apesar da Rússia não ser mais uma superpotência, ela reúne condições para ser uma grande potência. Para isso, era necessária uma profunda reforma do Estado de modo fortalecer a sua capacidade e seu o prestígio internacional, bem como retomar a sua influência sobre o seu “exterior próximo” – considerado vital para a sua segurança e para seu *status* de grande potência- que perdeu durante a década de 1990 devido aos seus problemas internos.

Dessa forma, a adoção de uma política externa pragmática, condizente com os interesses nacionais, seria fundamental para o retorno de uma Rússia forte. Assim, desde o início dos anos 2000 foram publicados diversos documentos de PES que resultaram em um conjunto de políticas que auxiliam os governos na persecução dos objetivos estratégicos pré-definidos. Nesse sentido, este capítulo busca analisar os principais documentos de Política Externa e de Segurança da Rússia durante os governos Vladimir Putin (2000–2008 e 2012–2016) e Dmitry Medvedev (2008–2012).

3.1. *Política Externa e de Segurança da Rússia (2000-2008)*

O *Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa*, publicado em 24 de janeiro de 2000, apresentou as principais diretrizes para a formulação das políticas de segurança e defesa para os próximos anos. Em junho de 2000, foi publicado o novo *Conceito de Política Externa da Federação Russa*. Nesse documento, alguns temas, como o terrorismo, a defesa inequívoca da integridade territorial, o fortalecimento da soberania e uma defesa mais clara das relações equitativas com os outros países, passaram a ter maior relevância do que o anterior publicado em 1993 (HAAS, 2010).

A importância destes documentos reside nas percepções neles contidas acerca do sistema internacional e do papel que a Rússia deveria desempenhar nele (ADAM, 2000). A partir da análise desses dois documentos, percebe-se que a promoção de uma ordem multipolar no sistema internacional passou a ser a principal estratégia da Rússia frente às tendências de unilateralismo e unipolaridade norte-americana.

No *Conceito de Segurança Nacional*, este argumento é exposto de forma clara:

A situação no mundo é percebida como sendo de uma dinâmica transformação do sistema das relações internacionais. Duas tendências mutuamente excludentes a dominam agora que a era da confrontação bipolar acabou. A primeira tendência é observada no fortalecimento da posição política e econômica de um considerável número de Estados e de suas associações integradas, e na implementação de mecanismos de condução multilateral dos processos internacionais. A Rússia irá facilitar o desenvolvimento de uma ideologia de criação de um mundo multipolar com estas bases. A segunda tendência é vista na tentativa de criar uma estrutura de relações internacionais baseada na dominação da comunidade internacional por parte dos países ocidentais desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, a qual pressupõe a solução unilateral de problemas cruciais da política global, sobretudo o uso da força militar, em violação das normas fundamentais do direito internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2000a, não paginado, tradução nossa).

No *Conceito de Política Externa*, a tendência a unilateralismo e a unipolaridade é caracterizada como uma ameaça ao Estado russo:

[...] novos desafios e ameaças aos interesses nacionais da Rússia estão emergindo da esfera internacional. Há uma crescente tendência em direção ao estabelecimento de uma estrutura de mundo unipolar com domínio econômico e de poder dos Estados Unidos. Na resolução das principais questões de segurança internacional, as fichas estão sendo colocadas em instituições e fóruns ocidentais de composição limitada e no enfraquecimento do papel do Conselho de Segurança da ONU (RUSSIAN FEDERATION, 2000b, não paginado, tradução nossa).

Além disso, as questões de estabilização interna (separatismo na Chechênia) e desenvolvimento socioeconômico eram também abordados nos documentos. Assim, a

extensão territorial, o potencial econômico, militar e de pesquisa tecnológica e sua condição única no continente eurasiático são apresentados como as condições para que a Rússia se consolide como uma grande potência no sistema internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2000a; 2000b). Nesse sentido, o *Conceito de Política Externa* definiu a excepcionalidade eurasiática russa³ e pragmatismo como pilares da nova política externa russa. Assim, Putin buscou uma revalorização do vetor oriental da política externa do país, tendo, inclusive, estabelecendo uma parceria especial com a China em 2001.

Em relação ao seu “exterior próximo” (espaço pós-soviético), o documento evoca o desenvolvimento de relações de boa vizinhança e parcerias estratégicas com todos os países através de aprofundamento dos processos de integração regional, econômica e securitária, especialmente impulsionando novas dinâmicas e dimensões à Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e à Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) (RUSSIAN FEDERATION, 2000b).

Em relação à União Europeia (UE), o documento identifica os processos fundamentais em curso – alargamento da UE, transição para uma moeda única, emergência de uma política externa e de segurança comum, bem como a formação de uma identidade de defesa - aos quais a Rússia deve estar atenta de modo a salvaguardar os seus interesses. Países como a Alemanha, França, Reino Unido e Itália são identificados como centrais para a política externa russa para UE (HAAS, 2010; RUSSIAN FEDERATION, 2000b).

No que diz respeito às relações entre a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o *Conceito de Política Externa* afirma que ela depende do respeito das cláusulas fundamentais do Ato Fundador de 1997 sobre as relações mútuas, como a proibição do uso ou ameaça do uso da força e o emprego das forças convencionais e armas nucleares no território dos novos Estados membros da Organização (Hungria, Polónia e República Checa) (RUSSIAN FEDERATION, 2000b).

Em relação ao eixo oriental, o documento afirma que a Ásia está ganhando importância dentro da política externa russa, em função da própria afinidade entre e a Rússia e esta região do globo e pela própria necessidade de revitalização econômica da Sibéria e das regiões mais a leste do país. A materialização desta política se dá na

³O eurasiatismo diz respeito à posição geográfico-estratégica russa, e não à corrente de pensamento homônima originária no país, enquanto que o pragmatismo significava que a Rússia passaria a tratar com qualquer país do sistema internacional, independentemente de sua forma de governo ou de seu passado em relação a Moscou. (ADAM, 2012).

participação ativa da Rússia nos principais fóruns regionais, como o Fórum de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC), o Fórum Regional de Segurança da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e no Shanghai Five. A concertação com a China em assuntos fundamentais para a política internacional constitui-se como pilar da estabilidade regional e global (RUSSIAN FEDERATION, 2000b).

Como parte da nova Política Nacional de Segurança, em abril de 2000 foi publicada a *Doutrina Militar*. O documento delinea as estratégias e os cenários para o uso da força, a dissuasão militar, bem como para o emprego das Forças Armadas da Rússia no exterior, cujo propósito é assegurar os objetivos da Política Externa e de Segurança da Grande Estratégia Russa. Dentre os principais elementos para salvaguardar a segurança da Rússia, a Doutrina elenca: supressão de agressão em relação ao país e/ou seus aliados; manter o *status* de potência nuclear para dissuadir agressão contra a Rússia e/ou seus aliados; manter o direito de usar armas nucleares em resposta a um ataque com Armas de Destruição em Massa (WMD) e em resposta à agressão em larga escala usando armas convencionais em situações críticas para a Rússia; e a possibilidade de desdobramento de pequenos contingentes das forças armadas russas em regiões de importância estratégica fora território nacional (ARBATOV, 2003; RUSSIAN FEDERATION, 2000c).

Além disso, menciona alguns fatores de desestabilização, como o extremismo étnico-nacional, o separatismo religioso, terrorismo e a fraqueza dos mecanismos de segurança internacional e a utilização ilegal da força militar como pretexto para “intervenção humanitária”. Nesse sentido, reside a necessidade de preparar as Forças Armadas russas para responder a tais ameaças.

Citando as intervenções da OTAN na Bósnia e no Kosovo na década de 1990, o documento rejeitou o papel principal de outras instituições na política internacional além do Conselho de Segurança da ONU. Em outubro de 2003, foi publicado um novo documento, o *Defence White Paper*, que além de explicar a doutrina das operações militares, descreve a capacidade militar do país.

3.2. Política Externa e de Segurança da Rússia (2008-2012)

Em 2008 Dmitry Medvedev foi eleito presidente da Rússia e deu continuidade à política externa do seu antecessor, com algumas mudanças marginais. Buscando

aprofundar a crescente inserção internacional do país, iniciado em 2000, pelo presidente Vladimir Putin, Medvedev iniciou um projeto de reforma do setor militar e dos sistemas de armas, e de desenvolvimento de uma indústria militar. O programa de reforma, estimado em US\$ 650 bilhões, foi previsto para ser implementando em 10 anos, com prioridade para reequipar as forças estratégicas de foguetes e as tropas de pronto-emprego e preparar as unidades contra-guerrilha e contra-terrorismo (KULIKE; AGUILAR, 2014).

A *Política Marítima Nacional*, lançada em 2009, apresentou a necessidade de defender as zonas marinhas e oceânicas e a importância da Rota do Mar do Norte para o desenvolvimento do país; garantir a proteção da soberania russa; restringir atividades navais estrangeiras em áreas restritas acordadas bilateralmente ou multilateralmente; assegurar os interesses nacionais na Rota do Mar do Norte; atualizar e operar de forma segura a frota de quebra-gelos nuclear; e consolidar os esforços e os recursos para o desenvolvimento de navios, marinha, estuários e portos fluviais no Ártico. Nesse contexto, o Ártico foi colocado como uma das prioridades de Moscou, identificando-o como propenso a um conflito militar no futuro, particularmente em razão da exploração de seus recursos (RUSSIAN FEDERATION, 2009; KULIKE; AGUILAR, 2014).

Em relação à política externa, em julho de 2008 foi lançado o *Conceito de Política Externa* de Medvedev que retomou as concepções de segurança e soberania postas em relevo por Putin e afirma que o país já havia retornado a sua condição de grande potência no sistema internacional. Além disso, o novo documento reforça o papel do Direito Internacional, da ONU e da multipolaridade e cita o fomento das boas relações de Moscou com as potências emergentes (BRICs) e com o Exterior Próximo e a promoção do *soft power* russo (RUSSIAN FEDERATION, 2008).

3.3. *Política Externa e de Segurança da Rússia (2012-2016)*

Em 2012, Putin foi eleito novamente presidente da Rússia. Já em 2013, foi lançado o novo *Conceito de Política Externa* que trazia como principais objetivos a garantia da segurança e soberania estatais, desenvolvimento econômico e tecnológico, assim como a manutenção da posição relevante da Rússia no Sistema Internacional. Além disso, o documento também aponta a promoção de políticas de paz e segurança na arena internacional, e afirma que ações coletivas devem ser tomadas na resolução de

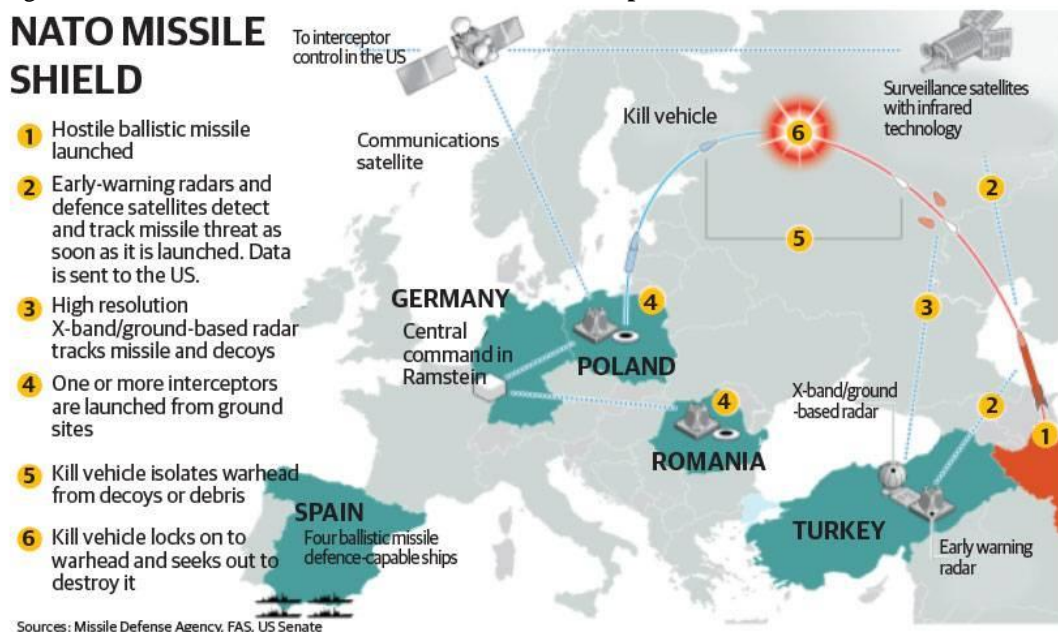
conflitos, sempre considerando a Carta das Nações Unidas (RUSSIAN FEDERATION, 2013).

Em relação ao seu “exterior próximo”, o documento enfatiza o incremento das relações bilaterais e multilaterais (CEI) sob a ótica do respeito à soberania e à independência dos Estados. As relações com a Europa ocidental na esfera político-econômica e em matéria energética é igualmente valorizada no documento. Além disso, o interesse dos russos estende-se igualmente para os parceiros do Mar Negro e Cáspio, assim como para as regiões do Atlântico-Pacífico e do Ártico. Nesse contexto, as relações com a China e a Índia são de grande importância estratégica para as relações com a Ásia e para seu acesso aos oceanos Índico e Pacífico. As demais regiões, América Latina, Oriente Médio e Norte da África também são regiões de atenção por parte dos russos. No que diz respeito aos EUA, apesar das tensões, também se caracterizam como um parceiro em matéria de cooperação para redução de armamentos estratégicos (RUSSIAN FEDERATION, 2013).

O *Conceito de Política Externa* elege as arenas multilaterais como a OCX, BRICS, G20 e a própria ONU como prioritárias para atuação da Rússia. Por fim, o documento reforça a importância do *softer power*, disseminação da história, cultura e língua russas, na política externa.

A nova *Doutrina Militar* publicada em 2014 explicita a preocupação do país frente à expansão da OTAN; tanto no que diz respeito à adesão de novos países próximos a Rússia, quanto sobre a movimentação da infraestrutura militar do bloco para a proximidade das fronteiras e águas adjacentes russas (Mar Negro), fazendo clara referência ao Escudo Antimíssil instalada na Romênia e na Turquia (vide figura 2) (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

Figura 2: Defesa Nacional Antimíssil da OTAN na Europa



Fonte: NESNERA, 2012

Em novembro de 2016, foi aprovado o novo *Conceito de Política Externa da Federação Russa*. Em linhas gerais, o documento revisa e atualiza as prioridades e metas da política externa da Rússia para dar respostas mais assertivas as recentes mudanças no cenário internacional. Dois objetivos foram definidos como cruciais para a política externa do país. Primeiro, consolidar a posição da Rússia como um dos centros mais influentes do mundo contemporâneo; e segundo, reforçar a posição das mídias russas a fim de transmitir a círculos de opinião mais amplos da opinião pública mundial os pontos de vista da Rússia. Este segundo objetivo está em consonância com a *Doutrina da Segurança de Informação da Federação Russa* publicada também em 2016 (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Em relação à segurança internacional, o documento propõe a necessidade de criação de uma coalizão internacional para combater o terrorismo. Pela primeira vez o Estado Islâmico (ISIS) é mencionado como grupo terrorista que representa uma ameaça de primeira ordem (HAWK, 2017). Contudo, opõe-se fortemente ao princípio de *Responsabilidade de Proteger* (R2P), que é visto como um instrumento utilizado pelo ocidente para as intervenções (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Em relação aos vizinhos, o *Conceito de Política Externa* propõe o aprofundamento e extensão da União Econômica Euroasiática (UEE) e o desenvolvimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), bem como

o aprofundamento da CEI. Além disso, países como Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão são destacados como parceiros importantes de Moscou (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

No que diz respeito ao Extremo Oriente, o documento enfatiza a necessidade de cooperação com estruturas regionais e abertamente enquadra o fortalecimento das posições da Rússia na região da Ásia-Pacífico enquanto direções estratégicas da política externa russa. Nesse sentido, a UEE, a OCX, ASEAN e a OTSC são instrumentos importantes, devido, sobretudo à compreensão de que os processos de integração da Eurásia e da Ásia-Pacífico são complementares. Para Hawk (2017), este novo documento de política externa reflete uma maior confiança russa em sua habilidade de desempenhar um papel mais construtivo na política internacional e a preocupação da Rússia com a estabilidade do sistema internacional.

Após a análise dos principais documentos que orientam a Política Externa e de Segurança da Rússia desde os anos 2000, percebe-se que Moscou ajusta a sua PES de acordo com as mudanças no Sistema Internacional para atender as aspirações de se firmar como grande potência, utilizando de instrumentos de (*hard e soft*)⁴ poder, defendendo os princípios da não ingerência em assuntos domésticos de outros Estados, soberania, igualdade entre as nações e o papel central da ONU no gerenciamento da ordem internacional. Percebe-se também, que a garantia da sua influência no espaço pós-soviético é fundamental para a manutenção da segurança da Rússia – frente à expansão da OTAN e alargamento da UE para o Leste Europeu – e o seu *status* de grande potência. Assim, o reforço do seu papel dentro de organismos regionais como a CEI, OCX e OTSC contribui, em parte, para a manutenção da paz e estabilidade no seu entorno estratégico.

⁴ *Hard power* é definido aqui como a utilização de meios econômicos e militares para influenciar ou coagir um ator a adotar certo posicionamento. Já o *soft power* é a habilidade de se atingir objetivos através da atração que um ator exerce sobre o outro a partir de sua cultura, seus ideais políticos, etc. Ambas definições se baseiam na obra de Joseph Nye (2004).

4. ATUAÇÃO INTERNACIONAL (2000-2016)

O presente capítulo tem como objetivo abordar de forma mais específica como foram colocados em prática os objetivos delineados nos documentos oficiais que abordavam a PES russa. As relações com outras potências, principalmente os EUA, a UE e a China serão abordadas a partir desta perspectiva, principalmente em função de como as reações desses países diante de questões regionais afetam as percepções securitárias da Rússia.

Desde a ascensão de Vladimir Putin é perceptível uma busca pela reafirmação da importância do país em âmbito internacional, principalmente como forma de reverter os anos de declínio, crise e perda de importância que se sucederam ao fim da União Soviética. Essa atuação externa ocorre de forma a apoiar os processos de reorganização interna, principalmente quando estes se tratam do fortalecimento de setores chave da economia, como o de hidrocarbonetos e o de armamentos (SHEVTSOVA, 2004; COLIN, 2007).

Assim, têm sido evitadas ações ousadas em termos de política externa, principalmente após a guerra da Geórgia e a crise em 2008, tendo suas ações apenas refletido a busca pela proteção de seus interesses econômicos e geopolíticos e pela manutenção do país como um dos polos líderes no sistema internacional. Pode-se compreender assim a prioridade dada à atuação em organismos multilaterais, principalmente nos que concentram outros polos de poder (como o G-20 e a ONU) e que, ao mesmo tempo, não buscam a imposição de valores ocidentais sobre seus membros (FREIRE, 2011; MANKOFF, 2012).

O conceito de multipolaridade é central para o pensamento russo sobre relações internacionais e sobre o papel do país em âmbito externo. Ocorre assim a rejeição de parâmetros de comportamento, tanto externo quanto interno, imposto por outros países, visto que não caberia a um deles impor seus valores sobre os demais. As ações unilaterais estadunidenses na esfera de segurança são tidas como profundamente desestabilizadores dessa ordem multipolar, adotando a visão de que as leis internacionais, juntamente com as decisões do Conselho de Segurança da ONU são as únicas fontes legítimas (MANKOFF, 2012).

4.1 Atuação internacional nos dois primeiros mandatos de Vladimir Putin (2000-2008)

Desde o início de seu mandato, em 31 de dezembro de 1999, Vladimir Putin buscou manter boas relações com os Estados Unidos, principalmente após os eventos de 11 de setembro de 2001 e da subsequente invasão do Afeganistão por tropas ocidentais. Os russos entendiam o país como um centro de radicalismo islâmico que ameaçava não só os outros países da Ásia Central (e a influência russa sobre eles), mas também a própria Rússia, devido à presença de minorias islâmicas dentro da federação.

A busca pela afirmação russa como uma grande potência, juntamente com uma linha mais independente em termos de política externa levaram à intensificação das relações com diversos países. Houve um aprofundamento das relações políticas, econômicas e militares com importantes parceiros, dentre eles China, Índia e Irã, além da busca por melhores relações com países como a Coreia do Norte e Cuba (HAAS, 2009; MANKOFF, 2012). Assim percebe-se que apesar da busca por melhores relações com o ocidente, o novo governo diferencia-se da posição subordinada do período anterior, resultado não só das melhoras econômicas, mas também da reorganização dos objetivos de política externa.

Essa nova abordagem permeou também a busca por uma maior cooperação econômica e uma integração à economia global, levando à busca de relações mais estruturadas com a União Europeia. Também levou ao fortalecimento da atuação russa dentro da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a tentativa de aprofundar a cooperação entre os países membros apesar de suas divergências (FREIRE, 2011; HAAS, 2009).

Os atentados de 11 de setembro e a invasão do Afeganistão por tropas estadunidenses acabaram enfraquecendo e influência russa dentro da CEI. A presença dos Estados Unidos na região, seus investimentos em bases no Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão e suas políticas para a região como um todo fortaleceram a situação econômica e militar desses países, diminuindo sua dependência de Moscou (COLIN, 2007; HAAS, 2009). As concessões feitas pela Rússia aos países ocidentais também impactaram negativamente essas relações, enfraquecendo a imagem do país perante aos outros.

A invasão do Iraque em 2003 e as crescentes críticas ocidentais ao governo russo, considerado autoritário, renovaram as desconfianças nas relações entre a Rússia e o ocidente, sendo a guerra da Geórgia, em 2008, o auge das animosidades. As divisões

dentro do campo ocidental, com Alemanha e França sendo contra a invasão e os EUA e o Reino Unido sendo a favor, foram aproveitadas pela Rússia tanto externa quanto internamente. O país reforçou sua retórica contrária às ações unilaterais e a favor do multilateralismo, o que agradou as elites de segurança do país, contrárias as relações mais próximas com o ocidente (COLIN, 2007; MANKOFF, 2009).

Em seu segundo termo Putin decide aumentar os preços de hidrocarbonetos, aumentando-o consideravelmente para todos os antigos Estados membros da URSS, mas também afetando outros países que dependem deste tipo de serviço oriundo da Rússia. Ainda assim, países com relações especiais como Armênia e Belarus continuaram sendo bem recebidos pelos russos (FREIRE, 2011).

A ocorrência das revoluções coloridas no período altera significativamente as percepções securitárias do país, que percebe esses desdobramentos como uma parte de uma estratégia de contenção da Rússia pelo ocidente. Cogita-se também a possibilidade de ocorrer uma revolução dessas em território russo

Após a Revolução Laranja e a tomada de poder por Viktor Yushchenko em 2004, a Rússia começa a utilizar a Gazprom para estabelecer conquistas geopolíticas. O fornecimento de gás natural foi cortado, afetando não só a Ucrânia, mas também outros países dependentes do recurso russo, o que resultou em problemas que não se limitaram à influência naquele país. Os recursos energéticos passaram a ter importância vital no relacionamento de Moscou com os estados da Ásia Central e do Sul do Cáucaso (MANKOFF, 2012; SHEVTSOVA, 2004).

Nesse mesmo período a Rússia estreitou relações com os países asiáticos, em particular com a China, e passou a ter uma presença maior nos fóruns regionais como a OCX e a OTSC. Além disso, a cooperação militar com a Índia foi intensificada através da venda de armamentos e exercícios militares conjuntos. Em 2005, os exércitos russo e indiano realizaram manobras conjuntas anti-terrorismo (IndRo-2005) (MANKOFF, 2009).

4.2 Atuação Internacional russa no mandato de Dmitry Medvedev (2008-2012)

Embora a Rússia tenha se recuperado rapidamente da crise econômica mundial de 2008, a gravidade de seus impactos forçou uma reavaliação da política externa mais assertiva implementada pelo governo anterior e do modelo econômico baseado na exportação de commodities, o qual foi herdado da União Soviética (MANKOFF, 2012).

Assim, ocorreu uma reconfiguração e uma reestruturação das prioridades do país: seu lugar dentre as grandes potências não poderia mais ser dado como garantido. Ao invés disso, as prioridades passaram ser consertar suas debilidades, reorganizar a economia para um crescimento contínuo e sustentável e restaurar sua imagem internacional, todas tratadas no longo prazo. A diversificação da economia passou a ser inclusive uma prioridade de segurança (LUKYANOV, 2010; 2012).

A crise de 2008 também trouxe uma maior influência chinesa na Ásia Central, pois, tendo sido pouco atingida pela crise, pôde investir em projetos na região, principalmente relacionados à infraestrutura, tendo estes recursos tido uma importância significativa para os países em crise. Investimentos foram feitos até mesmo na Rússia, como o financiamento do oleoduto Sibéria-Pacífico (ADAM, 2012).

Nesse sentido que devem ser encaradas sua tentativa de se juntar à Organização Mundial do Comércio (OMC) e de melhora nas relações com os EUA, e não como uma subordinação à ordem ocidental. Houve o reconhecimento que, para se manter como um centro de poder no século XXI, seria necessária uma nova abordagem, com uma economia moderna, uma população com bons padrões de vida e um *soft power* não só econômico como também cultural. Ao contrário da União Soviética, a Federação Russa não representa uma ideologia de apelo global, retendo apenas suas posição e influência históricas na porção oriental europeia e na Ásia, além de sua tradicional aspiração a um papel de proeminência global (MANKOFF, 2012).

A tradicional dificuldade de estabelecer uma identidade estatal para o país teve impactos sobre a política externa, porém o principal debate ainda giraria em torno de suas relações com o ocidente. Diversas correntes de pensamentos permeiam esse debate, porém a mais influente delas, com representantes nas forças armadas e nos serviços de inteligência e segurança, é a dos Eurasianistas. Apesar de cobrir um espectro bastante diverso de opiniões, a base do pensamento deste grupo é a de que a Rússia, não sendo completamente ocidental nem totalmente asiática (e sim algo a mais) deve ter como prioridade de política externa a retomada de sua influência no antigo espaço soviético ao mesmo tempo em que mantém o ocidente à uma distância segura deste espaço (LUKYANOV, 2010; 2012).

Esses territórios são encarados como uma zona de influência “natural” para o país, tanto pelo passado comum quanto pela infraestrutura interligada, facilitando a integração econômica e cultural, além de uma possível aproximação política. Esses

fatores explicam o porquê de o país ser tão contrário à expansão de instituições e forças armadas ocidentais na região (TICHÝ, 2014).

Outra questão que prejudica a imagem ocidental na região é a identificação destes países como promotores de golpes e revoluções dentro dos países da região, através da promoção de seus valores culturais. As revoluções coloridas, que tiveram início na Geórgia em 2003, foram um exemplo disso, com manifestações pró democráticas e contra a corrupção derrubando governos na Geórgia, Quirguistão e Ucrânia e, nos casos georgiano e ucraniano, sua substituição por líderes pró ocidente. A Rússia encarou esses golpes como uma espécie de “treinamento” para a derrubada de seu governo no futuro a partir destes princípios (TICHÝ, 2014).

O presidente georgiano Saakashvili ordenou em 2008 a retomada da região da Ossétia do Sul por suas tropas, confiante que suas boas relações com os EUA impediriam uma resposta por parte dos russos. A ação, no entanto, desencadeou uma contra-ofensiva da Rússia, gerando grandes reflexos, especialmente nas relações com os Estados Unidos (FREIRE, 2011).

Paradoxalmente, a guerra da Geórgia foi a responsável pelo “novo começo” das relações com o ocidente, colocando sua política externa em um caminho mais ocidental. Isso ocorre devido ao isolamento do país no sistema após estes eventos e após nenhum de seus aliados mais próximos reconhecer as novas repúblicas. Porém, esta atuação também serviu para que o ocidente passasse a perseguir os mesmos objetivos e evitasse, pelo menos temporariamente, expandir-se para essa região. O início concomitante da crise e as propostas de modernização de Medvedev também contribuíram para estes desdobramentos. Além disso, a Rússia passou a buscar relações cada vez mais próximas com as economias mais modernas da Ásia como parte desse processo (MANKOFF,2012; TICHÝ, 2014).

A guerra da Geórgia não tornou só os EUA mais cautelosos com a Rússia e com o tipo de relação que desenvolveria com os países em seu entorno estratégico, também teve efeito sobre as políticas dos países desta região. Depois do conflito teve início uma busca mais decisiva por reformas nas forças armadas russas e sua modernização, pois percebeu-se que, apesar da vitória, o país estaria mal equipado para lidar com os desafios do século XXI (LUKYANOV, 2010; 2012).

Em seu Discurso ao Parlamento de 2009, o presidente argumentou que o sucesso ou não da política externa do país deveria ser medido por sua capacidade de melhorar as

condições de vida da população. A expansão das relações deveria buscar um novo fluxo de investimentos estrangeiros no país e transferências de tecnologia levando a uma gradual superação de seu modelo econômico (TICHÝ, 2014).

Ao mesmo tempo, o Instituto para Desenvolvimento Contemporâneo (INSOR na sigla em inglês) produziu um trabalho em janeiro de 2010 argumentando que o desenvolvimento econômico interno levaria a um fortalecimento da posição externa do país e que sua integração com o espaço pós-soviético só deslancharia a medida que a Rússia passasse a servir como um modelo de desenvolvimento para os outros países. Este mesmo relatório argumentava que para resolver seus problemas com o ocidente o país deveria se juntar à OTAN (MANKOFF, 2012).

Parte dessa nova fase nas relações com o ocidente deve-se a nova política adotada pelo governo Obama, o qual buscou assinar o novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START) para o controle de armas, reconfigurou a defesa antimísseis a ser instalada na Europa para melhor atender às reservas russas, assinou um acordo que possibilitava a passagem de tropas e suprimentos dos EUA para o Afeganistão através do território russo, houve a criação de uma comissão bilateral que buscava expandir a cooperação entre os dois países e buscou uma maior cooperação entre OTAN e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (LUKYANOV, 2012).

Mesmo assim, a reaproximação entre os países não modificou as bases da política externa russa, mantendo-se seu desejo de ser reconhecida como uma das grandes potências internacionais, com direito à independência estratégica. Apesar de não abandonar seu compromisso com a busca pela liderança no espaço pós-soviético, durante o período Medvedev o país se tornou mais ativo na Ásia, buscando maior proeminência nos fóruns regionais e aprofundando relações bilaterais com países como Coreia do Sul, Singapura, Vietnã, Índia, entre outros (FREIRE, 2011).

4.3 Atuação internacional russa no terceiro mandato de Vladimir Putin

Em 7 de maio de 2012, Vladimir Putin retorna à presidência da Rússia, desta vez para um mandato de 6 anos, graças às mudanças constitucionais realizadas durante a presidência de Medvedev. Este, por sua vez, retorna ao cargo de primeiro-ministro. Apesar da continuidade de lideranças, as percepções de política externa tiveram

algumas mudanças significativas devido às rápidas mudanças ocorridas em âmbito internacional, principalmente a partir de 2011.

Os eventos no mundo árabe em 2011 e 2012 aumentaram as desconfianças de Moscou em relação ao Ocidente, tendo sido interpretados como mais uma tentativa dos EUA de criarem instabilidade em suas fronteiras e possivelmente buscarem a derrubada do governo russo em um futuro próximo. Esta percepção foi ampliada pelas tensões políticas domésticas ao final de 2011 e início de 2012, quando diversas manifestações da oposição ocorreram, principalmente na capital (KHUDDOLEY, 2015).

A primeira das modificações oriundas desses eventos diz respeito ao cumprimento das regras de Direito Internacional, o qual, apesar de continuar nos documentos oficiais como uma das prioridades da atuação internacional do país, passou a ser condicionado a outros fatores, mais especificamente os securitários (KHUDDOLEY, 2015). Outra mudança foi em relação à estratégia de inserção econômica do país. Os projetos de integração foram reduzidos quantitativamente, excetuando-se as alianças em seu entorno estratégico. Também permaneceram os projetos de integração que visavam reformar a ordem internacional vigente, apesar de estes nunca chegarem a adquirir um caráter antiocidental.

Houve ainda um aumento da importância dada à questão militar na política externa e da utilização das forças armadas para a conquista de seus objetivos em quaisquer condições de tensão internacional, como se pode observar na Doutrina Militar da Federação Russa de 2014. Por fim, apareceram pela primeira vez, na Concepção de Política Externa de 2013, como ferramentas de política externa o *soft power* e as questões do "Russkiy mir" ("mundo russo") . Tratando-se do "mundo russo" não é abordada somente a questão da propagação da cultura e do pensamento russos, sendo também considerado que o povo russo será "a maior nação dividida do mundo" tendo, portanto, direito à reunificação (PUTIN, 2014). Esse discurso passa a ser fortemente utilizado após os eventos na Ucrânia para justificar a legalidade do plebiscito ocorrido na Crimeia, região de maioria russa.

Ainda assim, as potências ocidentais declararam não reconhecer os resultados do referendo de 16 de março de 2014 e condenaram a incorporação à Rússia da Crimeia. Também responsabilizaram inteiramente o país pelo conflito de Donbas, o qual Moscou

afirma ser uma guerra civil instigada pelo Ocidente, enquanto esta não participaria do conflito.

Conflitos com o ocidente têm sido recorrentes ao longo de todo o período, se desenvolvendo mais abertamente com os EUA, enquanto as tensões com a União Europeia seguiram ocultas por ambos os lados até a eclosão do conflito na Ucrânia (KHUDDOLEY, 2015). Apesar da adesão dos países da EU às sanções sobre certas seções da economia russa e particulares, Moscou tem esperado que alguns países da organização se oponham às sanções, tornando impossível a sua extensão, na medida em que comecem a sentir os efeitos negativos dessa política sobre suas economias. Porém, até o momento nenhum sucesso significativo foi alcançado (ZEVELEV, 2016; KHUDDOLEY, 2015).

Nos últimos anos, assistiu-se um retorno da Rússia à região Oriente Médio, desempenhando um papel importante nas negociações relativas ao programa nuclear iraniano e ao conflito sírio⁵. No caso da Síria, Moscou vem buscando soluções negociadas para o conflito, vetando qualquer tipo de intervenção militar no país. Além disso, a Rússia vem tendo um papel decisivo no combate ao Estado Islâmico (ISIS) na região, realizando inclusive ataques aéreos às posições do grupo.

Sobre essa questão Khudoley afirma:

“Ao participar do conflito sírio, a liderança russa, sem dúvida, quer demonstrar que é um poder global (não regional) e reforça sua posição em negociações com o Ocidente sobre outras questões, incluindo a Ucrânia. Também é indubitável que as classes dominantes da Rússia estão realmente apreensivas com o crescimento da ameaça terrorista. Eles devem ter cuidado com o primeiro turno de vários milhares de cidadãos russos que lutam nas fileiras do ISIS que podem retornar à Rússia para realizar atos terroristas” (KHUDDOLEY, p. 398, tradução nossa).

Além disso, a solução de algumas questões internacionais, como a assinatura do Plano de Ação Compreensivo referente ao programa nuclear iraniano⁶, se revelou improvável sem a participação da Rússia. O acordo foi assinado em julho de 2015 em Lausanne, na Suíça, entre o P5+1 (EUA, China, Rússia, França, Inglaterra e Alemanha). Ele prevê o levantamento das sanções uni e multilaterais estabelecidas ao longo dos

⁵A crise político-militar teve início em 2011 no contexto do que se convencionou chamar de Primavera Árabe que assolou a região do Oriente Médio a partir de 2011. A crise rapidamente escalou para uma guerra civil opondo as forças do governo de Bashar al-Assad e grupos armados diversos desses apoiados pelo Ocidente.

⁶O acordo foi assinado em julho de 2015 em Lausanne, na Suíça, entre o P5+1 (EUA, China, Rússia, França, Inglaterra e Alemanha). O acordo prevê o levantamento das sanções uni e multilaterais estabelecidas ao longo dos anos 2000.

anos 2000. O papel decisivo da Rússia no processo foi reconhecido inclusive pelo presidente Obama.

As sanções aplicadas pelas potências ocidentais, as contra-sanções russas (as quais proíbem a importação de produtos alimentares destes países) e a queda nos preços do petróleo neste mesmo período fortaleceram alguns aspectos negativos na economia e diminuíram significativamente o volume do comércio exterior russo.

Apesar de a situação econômica seguir se deteriorando, os círculos governantes russos compartilham da opinião de que a Rússia pode suportar as sanções e restrições do Ocidente por muito tempo, principalmente pelo fato de as ações do presidente contarem com amplo apoio popular (ZEVEREV, 2016). Isso não significa que tenha sido tomada uma atitude passiva frente aos acontecimentos. Muito pelo contrário, o país tem buscado uma reorientação de sua política externa em relação ao oriente.

Essa extensão do envolvimento russo na região tem encontrado diversos obstáculos, como seu limitado poder econômico, o fato de os processos de integração regionais serem bem menos desenvolvidos do que em outras regiões e sua atuação historicamente limitada nas questões da região, tendo a Europa e o Cáucaso sempre sido os maiores focos de sua atuação (ZEVEREV, 2016; KHUDOLEY, 2015).

Porém, a Rússia tem buscado contornar essas limitações através de acordos bilaterais, tendo a seu favor o fato de que, além de EUA, Canadá, Japão e Austrália, nenhum outro país da região da Ásia-Pacífico impôs quaisquer sanções ou restrições anti-russas. Isso, juntamente com o menor número de conflitos regionais, proporciona uma atmosfera mais favorável para a Rússia.

Ao mesmo tempo, a Rússia tem desempenhado um papel primordial nas relações da região com outros países nas questões dos programas nucleares do Irã e da Coreia do Norte e alguns outros problemas. O acordo iraniano, por exemplo, dificilmente teria sido concluído sem esta mediação.

De primordial importância nas condições atuais é o fortalecimento das relações com a China, as quais estão talvez em seu melhor ponto de toda a história. Porém, fatores limitantes ao aprofundamento dessas relações são a cooperação da China com o ocidente, sua concorrência nas áreas que a Rússia julga serem de sua influência natural e a migração de trabalhadores chineses para as regiões mais ao Leste da Rússia, o que poderia vir a causar futuras disputas pela soberania da região.

De maneira geral, as boas relações da Rússia com o Oriente não conseguiram compensar suas perdas no Ocidente. Porém, apesar das perdas consideráveis, especialmente econômicas, é mínima a probabilidade de que política externa atual mude no curto prazo (KHUDDOLEY, 2015).

5. Estudo de caso: Ucrânia e anexação da Crimeia (2014)

5.1. Antecedentes

Desde sua independência da União Soviética em 1991, o Estado ucraniano tem buscado afirmar-se como um Estado-nação ao mesmo tempo em que realiza sua transição para uma economia capitalista, que ainda não se completou. Os fundamentos desse novo Estado encontravam-se baseados no consenso por parte da sociedade de que a independência e o novo modelo econômico trariam a prosperidade e melhora nas condições de vida. Frustrações geradas pelo não cumprimento dessas promessas levaram aos levantes de 1994, 2001 e 2004, mas nenhum deles foi capaz de gerar mudanças significativas e duradouras no sistema.

Em 1994, a ameaça de uma greve geral levou à convocação das primeiras eleições democráticas; em 2001, os protestos que tomaram a Praça da Independência (Maidan) exigiam a renúncia do presidente e foram violentamente reprimidas; e em 2004, ocorreu a Revolução Laranja, a partir das acusações de fraude nas eleições e a partir da qual Viktor Yushchenko assumiu o poder (TSYGANKOV, 2015).

Além dessa fragilidade nas bases do estado, a vulnerabilidade do país frente às disputas de poder das potências da região é um fator que deve ser levado em consideração como tendo colaborado para a crise de 2014. Parte dessa vulnerabilidade deve-se a incapacidade do país de se integrar com sucesso tanto à aliança Euro-Atlântica quanto à liderada pela Rússia (TSYGANKOV, 2015).

Investidores de ambas as alianças se encontravam bastante presentes na economia ucraniana quando da crise de 2008, a qual evitou que se estabelecesse uma dominância completa por parte de qualquer um dos lados. Ainda que essa presença fosse considerável, ela não foi o suficiente para diversificar ou desenvolver a economia do país, visto que seus objetivos eram aproveitar os recursos naturais, a mão de obra barata e o mercado ucranianos (KHUDOLEY, 2016).

As elites do país recusavam uma maior integração aos projetos russos, ao mesmo tempo em que aspiravam fazer parte da União Europeia, desejo que era frustrado por esta organização. Além disso, os principais opositores à entrada da Ucrânia na OTAN eram os países europeus: Alemanha, França e Itália (TSYGANKOV, 2015).

Desde sua ascensão à presidência na Rússia, Vladimir Putin buscou restaurar a posição russa na região, principalmente os laços econômicos com as outras ex-repúblicas soviéticas. O capital russo foi investido intensamente na região, procurando novos mercados e financiando novas tecnologias, principalmente nos setores energético e de minerais. Yushchenko tentou contrabalançar esse afluxo de investimentos abrindo o país para os investidores ocidentais, o que levou ao crescimento da economia do país no período. Porém essa política teve um fim abrupto com a crise de 2008 e a queda abrupta no preço dos commodities, principal componente da pauta de exportação do país (KHUDDOLEY, 2016; TICHÝ, 2014).

O governo russo utilizou as dívidas ucranianas e sua dependência do mercado do país para exportações para conseguir seus objetivos nos Acordos Kharkiv, em abril de 2010. Assim, foram estendidas até 2042 as permissões para a utilização dos portos da Crimeia, principalmente o de Sevastopol, pela marinha russa, em troca da compra de gás natural por preços mais vantajosos (MEARSHEIMER, 2014; TICHÝ, 2014).

Apesar de a versão predominante, ao menos nos países ocidentais, ser de que a crise na Ucrânia é culpa inteiramente do imperialismo e da agressão russa, uma análise mais cuidadosa revela uma grande responsabilidade por parte dos países da União Europeia e dos Estados Unidos. A reação do Presidente Putin foi condicionada pela expansão contínua do Ocidente para o entorno estratégico russo, ameaçando seus interesses nacionais e a segurança do país (BOJCUN, 2015; TSYGANKOV, 2015). Como pode ser observado através das análises contidas nos capítulos anteriores, desde o início do século XXI estão presentes como ameaças nos principais documentos de PES da Rússia não só a expansão da OTAN para o Leste⁷ (vide figura 3) e a incorporação de antigas repúblicas soviéticas, mas também a expansão da UE e o apoio a movimentos pró-democrático na região (no caso ucraniano este apoio teria tido início com o reconhecimento da Revolução Laranja e teria continuado na forma de financiamento de ONGs e outros organismos) (KHUDDOLEY, 2016; TSYGANKOV, 2015).

Ao final da Guerra Fria, os próprios líderes soviéticos preferiam a permanência dos estadunidenses em solo europeu, assim como a manutenção da OTAN, como forma de manutenção da paz e de contenção da Alemanha, recém-unificada. Mas, ao mesmo

⁷Em 1999, foi incluída Hungria, Polônia e República Checa; em 2004, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia Romênia, Eslováquia e Eslovênia; e em 2009, Álbânia e Croácia (vide figura 3).

tempo, esperavam que o ocidente mantivesse suas posições e não buscasse expandir-se. Com seu discurso de país vitorioso no conflito, os EUA aproveitaram-se da debilidade de seu adversário para tomar medidas que desconsideravam os interesses russos e até mesmo descumpriam alguns dos acordos realizados no início dos anos de 1990 e que levaram ao fim da bipolaridade (MEARSHEIMER, 2014).

Figura 3: Expansão da OTAN para o Leste

NATO, RUSSIA AND THE WARSAW PACT

1990

■ NATO countries
■ Warsaw Pact countries



2015

■ NATO countries
■ Russia



Copyright Stratfor 2015 www.stratfor.com

Fonte: Stratfor, 2015

Com as inúmeras crises pelas quais passava naquela década, a Rússia nada pode fazer para deter esse avanço. Somente com a incorporação dos três estados bálticos que essa expansão chega às fronteiras russas, mas ainda assim, estas fronteiras eram muito pequenas para representar uma ameaça verdadeira (KHUDOLEY, 2016; SIMÃO, 2016). Este cenário começa a mudar quando na cúpula de abril de 2008 a OTAN passa a considerar a incorporação da Geórgia e da Ucrânia à organização. Os EUA são os maiores apoiadores da inclusão dos novos membros, mas a oposição de países como França e Alemanha congela o processo. Nessa ocasião, Putin declara que a admissão desses dois países na organização militar seria considerada como uma ameaça direta à Federação Russa (MEARSHEIMER, 2014).

A Guerra da Geórgia ocorrida em agosto do mesmo ano deixou essa mensagem ainda mais clara. Apesar disso, a OTAN nunca desconsiderou publicamente a adesão tanto da Ucrânia, quanto da Geórgia e continuou sua expansão para o leste no ano seguinte, admitindo a Albânia e a Croácia à organização em 2009.

A União Europeia também buscou se expandir para a região, tendo revelado em maio de 2008 a Parceria Oriental. Parte de sua Política Europeia de Vizinhança (PEV), essa nova iniciativa buscava integrar países como a Ucrânia à economia do bloco e fomentar a prosperidade e o desenvolvimento locais. Mais uma vez, o plano foi considerado uma ameaça pelas autoridades do Kremlin (TSYGANKOV, 2015).

5.2. O desenrolar da crise

A essas políticas ocidentais veio somar-se, em novembro de 2013, a rejeição da proposta de acordo com a União Europeia por parte do presidente ucraniano Yanukovich e a assinatura de um acordo com a Rússia, o qual, dentre outros benefícios, trazia a promessa de 15 bilhões de dólares, extremamente necessários quando levamos em consideração o déficit em que o país se encontrava. Porém, essa decisão deu início a uma série de demonstrações contra o governo que foram progressivamente ficando mais violentas (tanto pela ação das forças governamentais quando pela de grupos neonazistas) e que em fevereiro do ano seguinte já haviam causado a morte de pelo menos uma centena de pessoas (BOJCUN, 2015; KHUDOLEY, 2016).

A adesão da Ucrânia ao acordo com a União Europeia representaria, no médio e longo prazos, a exposição de diversas indústrias ucranianas à uma competição injusta

com suas competidoras originadas em outros países europeus. Além disso, o país permaneceria de fora dos mecanismos de decisão do bloco, tendo, assim, nenhum controle sobre as políticas econômicas que o afetariam diretamente. O acordo com a Rússia, por sua vez, traria mais benefícios, apesar de a liderança russa ser garantida pelo seu enorme PIB (MEARSHEIMER, 2014).

O presidente ucraniano tentou propor negociações com a União Europeia que envolvessem Moscou, porém Bruxelas rejeitou a proposta. Ainda tentando acalmar os ânimos, Yanukovych insistiu que não se tratava de uma rejeição aos acordos da Parceria Oriental, e sim de uma tentativa de negociar em melhores termos para diminuir os impactos que essa adesão teria na vida das classes mais vulneráveis do país. Apesar da pressão para escolher entre as alianças, o presidente tentava cooperar com ambas, acreditando ser a melhor maneira de lidar com os crescentes problemas do país. Porém, aos olhos da oposição suas atitudes eram somente uma capitulação frente às pressões russas, pois esta pouca atenção prestou nos efeitos negativos do acordo (BOJCUN, 2015; TSYGANKOV, 2015).

Em 21 de fevereiro de 2014, governo e oposição assinaram um acordo através da mediação de atores internacionais, o qual trazia, dentre outras provisões, a manutenção de Yanukovych no poder até a realização de novas eleições. O tratado colapsou no mesmo dia e o presidente fugiu para a Rússia em seguida, sendo substituído por um governo não só pró-ocidente como também com características russofóbicas. Esse golpe foi apoiado pelo ocidente, apesar de a natureza deste apoio e seu alcance ainda não serem claros (SIMÃO, 2016; TSYGANKOV, 2015).

Os termos do acordo de 21 de fevereiro eram: a restauração da constituição de 2004 em até 48 horas, o que diminuiria os poderes presidenciais; restauração do caráter parlamentarista da república; formação de um governo de coalizão em 10 dias; reforma total da constituição e da divisão dos poderes a ser realizada até setembro; realização de eleições presidenciais até o final do ano; o estabelecimento de uma comissão conjunta de representantes ucranianos e do Conselho Europeu para investigar a violência e as mortes durante os protestos; evitar o estabelecimento de uma lei marcial; e garantir a entrega de todas as armas ilegais para as autoridades (no dia 19 de fevereiro os manifestantes haviam começado a responder aos ataques policiais com armas de fogo) (KHUDOLEY, 2016).

Em 22 de fevereiro, após a rejeição dos acordos, o parlamento se reuniu e restaurou a república parlamentarista. Após julgar que Yanukovych havia abandonado o

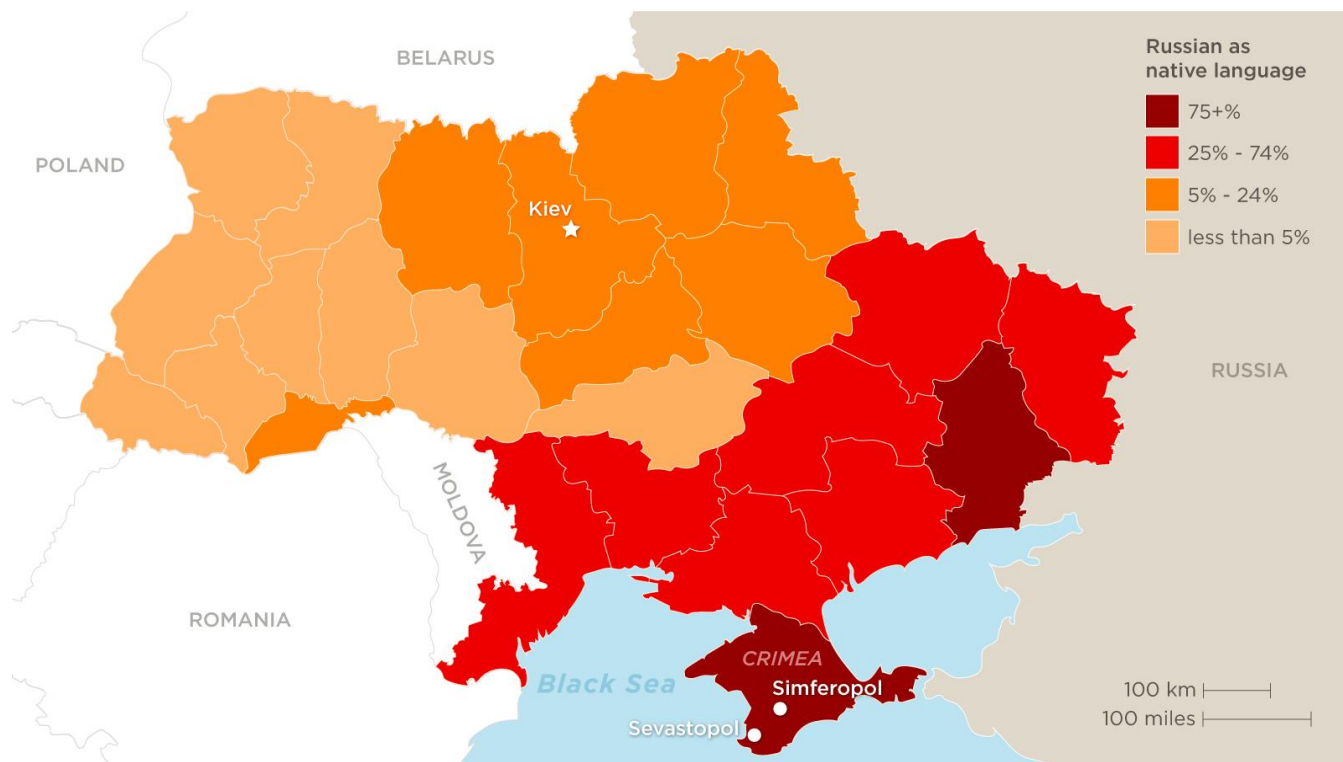
cargo, Oleksandr Turchynov foi eleito como presidente interino até a realização de eleições presidenciais, as quais foram marcadas para 25 de maio e trouxeram Petro Poroshenko como vencedor (KHUDOLEY, 2016).

Nesse momento, Yanukovych ainda se encontrava na Ucrânia e, firmando ser vítima de um golpe de Estado, se recusou a deixar a presidência ou o país. Porém dias depois foi visto na Crimeia de onde seguiu para a Rússia por via marítima. Ainda em 22 de fevereiro, líderes das regiões leste e sul se reuniram e denunciaram as decisões do parlamento como ilegítimas por descumprirem com o acordo assinado. Foi o início da organização dos movimentos separatistas (KHUDOLEY, 2016).

As Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk surgiram tendo como pretexto a proteção dos russos étnicos da região dos “fascistas de Kiev”, os quais, segundo eles, estariam planejando invadir essas regiões e realizar uma limpeza étnica. Porém, seu principal objetivo era a proteção do poder e das indústrias dos oligarcas que dominavam a região, impedindo que o movimento se espalhasse. Apesar de contarem com apoio da população local e de importantes figuras regionais, as capacidades militares, diplomáticas e financeiras das novas repúblicas passaram a depender significativamente de Moscou (BOJCUN, 2015; MEARSHEIMER, 2014).

Logo após estes acontecimentos, no dia 22 de fevereiro, as forças armadas russas, fortemente presentes na base naval de Sevastopol (localizada na Crimeia) e nas regiões de fronteira, tomaram a península da Crimeia (vide a figura 4) do controle ucraniano e, após a realização de um plebiscito, incorporaram-na à Rússia. A península tem entre sua população uma maioria étnica russa (chegando a 60%), o que não só facilitou este processo como também tornava-o ainda mais previsível, pois a defesa de cidadãos russos ou de origem russa que habitassem outros países encontra-se presente como prioridade nos diversos documentos oficiais lançados a partir dos anos 2000 (SIMÃO, 2016; TSYGANKOV, 2015).

Figura 4: Porcentagem da população cuja primeira língua é o russo



Fonte: 2001 Ukraine Census.

Além dessa medida drástica, o governo russo também passou a apoiar as regiões separatistas da Ucrânia em seu conflito com o governo central, apoio esse que se deu principalmente na forma dos conselheiros e de apoio diplomático. Também houve um aumento significativo dos preços de gás natural vendidos ao país e a cobrança de dívidas antigas, sendo esta mais uma utilização de recursos naturais como uma ferramenta geopolítica por parte dos russos (BOJCUN, 2015).

A Ucrânia serve como um Estado tampão de importância estratégica vital para os russos, os quais já vinham deixando claro a bastante tempo para os governos ocidentais que consideravam inaceitáveis as campanhas destinadas a virar este e outros estados em igual condição contra os interesses russos. Por sua vez, os Estados Unidos e seus aliados na Europa continuaram ignorando estes avisos e negavam que a expansão tivesse o objetivo de conter a Rússia. Em 2002 foi criado o Conselho OTAN-Rússia para facilitar o diálogo entre as partes, mas seus resultados foram limitados, não

impedindo esta e outras crises. Além disso, a aliança ocidental não expandiu a presença de suas forças militares para os novos estados membros, o que demonstraria uma falta de comprometimento em realmente defender estes países caso necessário (MEARSHEIMER, 2014; SIMÃO, 2016).

Este aspecto ficou claro na crise ucraniana, quando foi dada preferência a sanções econômicas para punir a Rússia por sua intervenção, ao invés de uma intervenção militar direta que visasse recuperar a península da Crimeia. O alcance dessas sanções também é bastante questionável, visto que os países europeus que são mais afetados por elas, especialmente a Alemanha, tendem a resistir cada vez mais à sua adoção (BOJCUN, 2015).

Os Estados Unidos e seus aliados têm muito mais a perder com essas ações, visto que a importância estratégica da Ucrânia para os mesmos é bastante limitada e o auxílio russo se faz necessário em várias questões internacionais de maior impacto para estes países, como o conflito na Síria e sua resolução e a manutenção do acordo nuclear com o Irã. Futuramente, a Rússia ainda se faria necessária para os EUA como forma de contrabalançar a ascensão chinesa, porém, devido a situação atual, os dois países têm se aproximado cada vez mais (KHUDOLEY, 2016; SIMÃO, 2016).

A anexação da Crimeia pela Rússia violou a Declaração de Budapeste, assinada juntamente com os EUA e o Reino Unido em 1994 e que garantia o respeito à integridade territorial e à soberania nacional da Ucrânia, em troca da entrega das armas nucleares do país. Foram violados também os dispositivos presentes na Carta da ONU e o Tratado de Amizade, Cooperação e Parceria assinado entre Rússia e Ucrânia em 1998. Essa contradição dos termos presentes nos documentos de PES desde 2000, os quais advogavam o respeito à tratados e acordos internacionais, e essa ação específica, levou a uma busca maior por legitimidade e participação nos organismos internacionais, de forma a recuperar a imagem do país (MEARSHEIMER, 2014).

Em termos gerais, as forças armadas russas eram bem mais frágeis que os ocidentais o que poderia aparentemente facilitar a recuperação da península em questão pela OTAN. Porém, em termos de disposição de forças, na região de seu entorno próximo, as forças armadas de Moscou são mais fortes que a dos aliados ocidentais, o que eleva significativamente os riscos caso fosse decidida uma resposta militar. Sendo assim, e considerando que a Ucrânia não tem uma importância estratégica para os EUA que justificasse essa intervenção, é provável que a anexação da península seja mantida, mesmo que não sendo reconhecida por nenhum outro país (BOJCUN, 2015).

6. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a articulação entre a política externa e a política de defesa e segurança da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Assim, procurou compreender como a Rússia formula percepções, interesses e políticas; analisar a política externa russa para seu entorno estratégico a partir dos anos 2000; e examinar os fatores que explicam as ações russas em âmbito internacional nos últimos anos, principalmente em relação a questões controversas como a anexação da Crimeia.

A hipótese principal deste trabalho foi de que a atuação russa teria um caráter reativo frente à expansão da OTAN (a partir de 1999) e dos EUA para suas regiões tradicionais de influência e que compõem seu entorno estratégico, contrastando com a percepção ocidental de uma Rússia agressiva e imperialista. Também foi trabalhada a questão da “excepcionalidade geopolítica” russa, a qual se reflete na visão do país sobre as relações internacionais e é resultado do particular processo de formação do Estado e de seu isolamento característico, não sendo completamente integrada nem ao Oriente e nem ao Ocidente.

Assim, o primeiro capítulo realizou uma breve análise da evolução do Estado russo desde seu surgimento, buscando abordar sua expansão territorial e a questão da construção da nacionalidade e de sua tardia consolidação como um Estado-nação nos modelos ocidentais. Essas questões foram bastante importantes após a desintegração da União Soviética em 1991 e têm influência sobre a percepção dos russos sobre os acontecimentos nesses anos, tanto a nível interno quanto externo. Utiliza-se esta abordagem para entender os fundamentos históricos de sua atuação regional e internacional no século XXI e para negar a visão de que estaria ocorrendo um ressurgimento de ambições imperialistas no país.

O segundo capítulo buscou realizar uma síntese dos principais documentos de PES publicados no período analisado, com objetivo de analisar as prioridades nas suas relações externas e de segurança. Já o terceiro capítulo abordou de forma mais específica como foram colocados em prática os objetivos delineados nos documentos oficiais que abordavam a PES russa e como se deram as relações com outras potências, principalmente os EUA, a UE e a China. Estas foram abordadas a partir dos desdobramentos do contexto internacional e de suas atuações no entorno estratégico

russo, principalmente em função de como as reações desses países diante de questões regionais afetam as percepções securitárias da Rússia.

Por fim, o último capítulo traz uma análise do golpe de Estado ocorrido na Ucrânia em 2014 e dos fatores que levaram à realização do plebiscito e anexação da península da Crimeia. Para isso foram abordados a situação do país desde os anos 2000, as consequências da Revolução Laranja e as questões internas que levaram a queda do presidente ucraniano Yanukovich. Nesse capítulo buscou-se demonstrar a previsibilidade e o caráter defensivo das atitudes russas.

A partir da análise que foi feita ao longo do trabalho, conclui-se que os governos Putin e Medvedev, através das suas políticas externas e de defesa buscaram garantir a segurança do país; preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial; alcançar posição sólida e de prestígio na comunidade mundial consistente com os interesses da Rússia como grande potência; influenciar os processos mundiais gerais com o objetivo de formar uma ordem mundial multipolar construída sob normas do Direito Internacional; criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, aumentando o padrão de vida da população; formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia; e promover uma percepção positiva da Federação Russa mundialmente.

Nesse contexto, devido a sua característica territorial, o acesso e controle dos mares Báltico e Negro se tornaram essenciais para a economia e a segurança e defesa da Rússia. Isso se deve ao fato de que a maior parte do litoral russo permanece congelada durante a maior parte do ano, o que restringe seu acesso aos grandes oceanos e ao comércio global.

Dessa forma, buscando defender os interesses nacionais do país, os presidentes Vladimir Putin e Dmitry Medvedev colocaram em prática uma política externa e de segurança pragmática e assertiva a partir dos anos 2000. Dentre as ações desenvolvidas para auxiliar a PES podemos citar, a valorização do vetor oriental da política externa, a modernização das principais infraestruturas do país, especialmente nos principais portos e bases navais, além de iniciar um processo de modernização e ampliação da Marinha russa, uma vez que a maioria frota ainda era herança do período soviético.

REFERÊNCIAS:

ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: ALVES, André Gustavo de Miranda P.. (Org.). **Renascimento de uma potência?** Rússia no Século XXI. Brasília: IPEA, 2012.

ALSINA JR.; João Paulo Soares. **Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita.** Brasília: Câmara dos Deputados de Documentação e Informação, 2006.

ARAVENA, Francisco Roja. Seguridad humana: concepto emergente de la seguridad del Siglo XXI. **Seguridad humana:** prevención de conflictos y paz em America Latina y el Caribe. Santiago: FLACSO-Chile/Unesco, 2001.

ARBATOV, Alexei. The Transformation of Russia's Military Doctrine in the Aftermath of Kosovo and Chechnya. In: GORODETSKY, Gabriel. **Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century.** London: Frank Cass Publishers, 2003

BERTONHA, João Fábio. **Rússia: Ascensão e Queda de um Império.** Curitiba: Juruá Editora, 2009.

BILLINGTON, J. H. **Russia in Search for Itself.** Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2004.

BLINNIKOV, M. S. **Russian Geography and Its Neighbors.** New York: The Guilford Press, 2011.

BOJCUN, Marko. Origins of the Ukrainian Crisis. **Critique**, v.43,n.3-4, p.395-419, 2015.

BONILLA, Adrián; CEPIK, Marco. Seguridad andino-brasileña: Conceptos, actores e debates. In: CEPIK, Marco; RAMIREZ, Socorro (Ed.). **Agenda de seguridad andino brasileña:** Primeras aproximaciones. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p.37-94.

BROWN, A.; SHEVTSOVA, L (organizadores). **Gorbachev, Yeltsin & Putin: A liderança política na transição russa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia.** São Paulo: EDIPRO, 2014.

CEPIK, Marco. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, Washington, v.1, n.1, p.1-19, Nov. / Dec. 2001.

COLIN, Roberto. **Rússia: o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis, Letras Brasileiras, 2007.

COOPER, William H. Russia's Economic Performance and Policies and Their Implications for the United States. **Congressional Research Service, CRS Report for Congress**, Washington, 2008. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/106151.pdf>>. Acesso:13 set 2017.

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L.. **The Foreign policy of Russia: changing systems**. 4th Armonk: M.E. Sharpe, 2009.

_____ **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests**. New York: M. E. Sharp, 2005.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin: vetores estruturantes de política externa**. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

_____ **A política externa em transição: o caso da Federação Russa**. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 23, p. 75–89, set. 2009.

GOLDMAN, M. I. **Putin, Power, and the New Russia Petrostate**. New York: Oxford University Press, 2008.

HAAS, Marcel de. **Russia Foreign Policy in the 21st Century: Putin, Medvedev and beyond**. New York: Routledge, 2010.

HALIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Nerint, 1999.

HAWK, J. Russia's updated Foreign Policy Concept – analysis. **South Front**, 2017. Disponível em: <<https://southfront.org/russias-updated-foreign-policy-concept>>. Acesso em: 14 set. 2017.

HILL,Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York:Palgrave Macmilan, 2003.

KARAGANOV, Sergei. **The Magic Numbers of 2009**. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 7, nº 2, april-june 2009, p. 72-84.

KLIOUIKOVA, K. **Geopolitics in Russia After 1991**. In In KORINMAN, M and LAUGHLAND, J. (eds.). *Russia: A New Cold War?* Portland: Vallentine Mitchell Academic, 2008.

KHUDOLEY, Konstantin K.. Russia's foreign policy amid current international tensions. **Teorija in raksa** let. 53, 2/2016

KULIKE, Marcelli; AGUILAR, Sérgio L. C.. Rússia e Política de Influência. *Série Conflitos Internacionais*, São Paulo, n.1, p.1-4, abril 2014. Disponível em <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/n01-----russia-e-politica-de-influencia.pdf>>

LARUELLE, M. **Russian Eurasianism: An Ideology of Empire**. Washington: Woodrow Wilson Centre Press, 2008.

LAVROV, S. **The Present and The Future of Global Politics**. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 05, nº 02, p. 8-21, april-june, 2007.

LAZZARI, Thiago Colombo. **Faces de uma “democracia soberana”: a configuração política russa no pós-ieltsin e a inserção internacional do país no século XXI**. 2009. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2009.

LEDENEVA, A. V. **How Russia Really Works: The Informal Practices that Shaped Post- Soviet Politics and Business (Culture and Society after Socialism)**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

LEGVOLD, R. **Russian Foreign Policy During Periods of Great State Transformation**. In LEGVOLD, R. *Russian Foreign Policy in the 21st Century and the Shadow of the Past*. New York: Columbia University Press, 2007.

LEWIN, Moshe. **The Soviet Century**. London: Verso, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de et al. **Atlas da política de defesa brasileira**. Rio de Janeiro: Clacso, 2017.

LO, B. **Axis of Convenience: Moscow, Beijing and the New Geopolitics**. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

_____. **Vladimir Putin and the Evolution of Russia Foreign Policy.** London: Chatham House Papers, 2003.

LUKYANOV, F.. Medvedev's foreign policy: period of stabilization. **Russia in Global Affairs**, 2012.

_____. Russian Dilemma in a Multipolar World. New York: **Journal of International Affairs**, v. 63 n. 2, spring/summer p. 19-32, 2010,.

MALASHENKO, A. V.; TRENIN, D. V. **Russia's Restless Frontier: The Chechnya Factor in Post-Soviet Russia.** Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2004.

MANKOFF, J. **Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics.** Maryland: Rowman and Littlefield, 2009.

MAU, V. A Política Econômica da Rússia Atual: O Balanço do Desenvolvimento Pós-Comunismo, Problemas Correntes e Novos Desafios. In: QUINTELLA, T. M. M. (org.) **Brasil – Rússia: Fortalecimento de uma Parceria.** Brasília: Funag, 2005.

McGUIGAN, Mark. NATO and Russia: progress or process? In: GOWER, Jackie; TIMMINS, Graham. **Russia and Europe in the twenty-first century: an uneasy partnership.** New York, NY: Anthem Press, 2009. p. 149-168.

MEARSHEIMER, John J.. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. **Foreign Affairs**, v.93, n.5, p.1-12, Sept-Oct 2014.

NESNERA, Andre de. **NATO Continues Plans for Missile Defense.** VOA, 22 mar. 2012. Disponível em <http://www.voanews.com/content/nato_continues_plans_for_missile_defense/920174.html>. Acesso em: 14 set 2017.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Nova Iorque: PublicAffairs, 2004.

OLIKER, O; CRANE, K; SCHWARTZ, L. H.; YUSOPOV, C. **Russian Foreign Policy: Sources and Implications.** Santa Monica: RAND Corporation, 2009.

PAUTASSO, Diego. Da política de contenção à reemergência: a Rússia volta ao tabuleiro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014, p.73-94.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (Org.). **A Rússia: desafios presente e futuros**. Curitiba: Juruá, 2010.

POMERANZ, Lenina. Rússia: Mudanças na Estratégia de Desenvolvimento no Pós-Crise? In ALVES, A. G. M. P. **Uma Longa Transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA, 2011.

POMERANZ, Lenina. Os Condicionantes Políticos de uma Nova Estratégia de Desenvolvimento Econômico da Rússia. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 1, p. 59-67 jan./mar. 2010.

PUTIN, V. **A New Integration Project for Eurasia – The Future is Born Today**. Moscow: **Russia Today**. Endereço eletrônico: <<http://rt.com/politics/press/izvetzyia/integration-union-economic-future/en>>. Acessado em 11 de outubro de 2017. 2011a.

_____. **Being Strong: National Security Guarantees for Russia**. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/18185>>. Acessado em 15 de agosto de 2017. 2011b.

_____. **Democracy and the Quality of Government**. President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/18006>>. Acessado em 15 de agosto de 2017. 2011c.

_____. **Economic Tasks**. President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/17888>>. Acessado em 15 de agosto de 2017. 2011d.

_____. Mineral Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. Washington: **Problems of Post Communism**, vol. 53, nº 01, January-february, p. 48-54, 2006.

_____. **Russia and the Changing World**. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/18252>. Acessado em 15 de agosto de 2017. 2012a.

_____ **Russia Mucles Up – the Challenges we Must Rise to Face.** Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/17755>. Acessado em 15 de agosto de 2017. 2011e.

_____ **Speech at BRICS summit talks in expanded format.** Durban, 2013.

_____ **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy.** Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2007.

_____ **The Ethnicity Issue.** Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/17831>. Acessado em 15 de tetde 2017. 2011f.

_____ **Visit to Kyrgyzstan.** Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: < <http://eng.kremlin.ru/news/4428>>. Acessado em 24 de setembro de 2017. 2012b

RAMIREZ, Socorro. Tres reuniones andino-brasileñas: síntesis de acuerdos y desacuerdos. In: CEPIK, Marco; RAMIREZ, Socorro (Ed.). **Agenda de seguridad andino-brasileña: primeras aproximaciones.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p.19- 36.

RIBEIRO, Luiz Dario; VISENTINI, Paulo Fagundes. Da Revolução soviética ao socialismo num só país (1917-1947). In: VISENTINI, P. F. *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional.** Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2013,p.24-58.

RUSSIAN FEDERATION. **National Security Concept**, 10 January, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000a.

_____ **Military Doctrine**, 21 April, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000b.

_____ **Foreign Policy Concept**, 28 June, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000c

_____ **Foreign Policy Concept**, 28 June, Russian: 'Kontseptsiya natsional', 2008.

_____ **Foreign Policy Concept**, 20 may, Russian: 'Kontseptsiya natsional', 2013.

_____ **The Military Doctrine of the Russian Federation**. Moscow, Dec. 2014.

_____ **Foreign Policy Concept**, 20 may, Russian: 'Kontseptsiya natsional', 2016.

SAIN, Marcelo F. **Seguridad, Democracia y Reforma del Sistema Policial en la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

SAKWA, R. **Putin: Russia's Choice**. Second Edition. London & New York: Routledge, 2008 (eller 2007).

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da URSS: um estudo das causas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIMÃO, Licínia. The Ukrainian conflict in Russian foreign policy: Rethinking the interconnections between domestic and foreign policy strategies. **Small Wars & Insurgencies**, v.27,n.3, p.491-511, 2016.

SHEVTSOVA, Lilia. **Russia – Lost in Transition: The Yelstin and Putin Legacies**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2007.

TICHÝ, Lukáš. Security and Foreign Policy of Dmitry Medvedev in the Period 2008–2012. **The Journal of Slavic Military Studies**, v27, n.4, p.533-552, 2014.

THORUN, Christian. **Explaining Change in Russian Foreign Policy: The role of Ideas in Post-Soviet Russia's Conduct Towards the West**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

TRENIN, Dmitri. **Russia's Nuclear Policy in the 21st Century Environment**. Paris: IFRI Security Studies Department, 2005.

TSYGANKOV, A. P. Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy. **Post-Soviet Affairs**, 2015.

_____ Putin and Foreign Policy. In HERSPRING, Dale R. (ed.). **Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. Third Edition. New York: Rowman and Littlefield Publisher's, 2007.

_____ Foreign Policy. In WEGREN, S. K. (ed.). **Return to Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. New York: Rowan and Littlefield, 2013.

_____ Russia's Foreign Policy. In HERSPRING, Dale R. and WEGREN, Stephen K. **After Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. New York: Rowan and Littlefield, 2010a.

REMYNGTON, T. F. Putin, the Parliament and the Party System. In In HERSPRING, Dale R. (ed.). **Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. Third Edition. New York: Rowman and Littlefield Publisher's, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Paradoxos da Revolução Russa: Ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2017.

VISENTINI, P. F. *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2013.

YEVGENEVA, Tatyana. The myth of the "West" in Russian Political Culture and its Impact on Foreign and Security Policy. In: SPILLMAN, Kurt R.; WENGER, Andreas (Ed.). **Russia's Place in Europe: a security debate**. Zurich: Center for Security Studies, 1999. p. 59- 84.

ZEVELEV, Igor. Russian national identity and Foreign policy. Washigton: **Center for Strategic International Studies**, 2016

ZHEBIT, Alexander A. Reflexões sobre a nova concepção de política externa da Rússia. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 259-277, jul./dez. 1993.

